

Cadernos **IHU** *ideias*



JESUÍTAS BRASIL

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 19 • nº 315 • vol. 19 • 2021



Capital e ideologia de Thomas Piketty: um breve guia de leitura

Alexandre Alves



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS

UNISINOS

Cadernos
IHU *ideias*

**Capital e ideologia de Thomas Piketty:
um breve guia de leitura**

Alexandre Alves

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo –USP
e pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos -UNISINOS

ISSN 1679-0316 (impresso) • ISSN 2448-0304 (online)
ano 19 • nº 315 • vol. 19 • 2021



Cadernos IHU ideias é uma publicação quinzenal impressa e digital do **Instituto Humanitas Unisinos** – IHU que apresenta artigos produzidos por palestrantes e convidados(as) dos eventos promovidos pelo Instituto, além de artigos inéditos de pesquisadores em diversas universidades e instituições de pesquisa. A diversidade transdisciplinar dos temas, abrangendo as mais diferentes áreas do conhecimento, é a característica essencial desta publicação.

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS

Reitor: Marcelo Fernandes de Aquino, SJ

Vice-reitor: Pedro Gilberto Gomes, SJ

Instituto Humanitas Unisinos

Diretor: Inácio Neutzling, SJ

Gerente administrativo: Nestor Pilz

ihu.unisinos.br

Cadernos IHU ideias

Ano XIX – Nº 315 – V. 19 – 2021

ISSN 1679-0316 (impresso)

ISSN 2448-0304 (online)

Editor: Prof. Dr. Inácio Neutzling – Unisinos

Conselho editorial: MS Rafael Francisco Hiller; Profa. Dra. Cleusa Maria Andreatta; Prof. Dr. Lucas Henrique da Luz; MS Marcia Rosane Junges; Profa. Dra. Marilene Maia; Profa. Dra. Susana Rocca.

Conselho científico: Prof. Dr. Adriano Naves de Brito, Unisinos, doutor em Filosofia; Profa. Dra. Angelica Massuquetti, Unisinos, doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade; Profa. Dra. Berenice Corsetti, Unisinos, doutora em Educação; Prof. Dr. Celso Cândido de Azambuja, Unisinos, doutor em Psicologia; Prof. Dr. César Sanson, UFRN, doutor em Sociologia; Prof. Dr. Gentil Corazza, UFRGS, doutor em Economia; Profa. Dra. Suzana Kilpp, Unisinos, doutora em Comunicação.

Responsável técnico: Bel. Guilherme Tenher Rodrigues

Imagem da capa: Retirantes de Candido Portinari, 1944. Acervo Masp.

Revisão: Carla Bigliardi

Editoração: Guilherme Tenher Rodrigues e Ricardo Machado

Impressão: Impressos Portão

Cadernos IHU ideias / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos. – Ano 1, n. 1 (2003). – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2003- . . . v.

Quinzenal (durante o ano letivo).

Publicado também on-line: <<http://www.ihu.unisinos.br/cadernos-ihu-ideias>>.

Descrição baseada em: Ano 1, n. 1 (2003); última edição consultada: Ano 11, n. 204 (2013).

ISSN 1679-0316

1. Sociologia. 2. Filosofia. 3. Política. I. Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Instituto Humanitas Unisinos.

CDU 316

1

32

Bibliotecária responsável: Carla Maria Goulart de Moraes – CRB 10/1252

ISSN 1679-0316 (impresso)

Solicita-se permuta/Exchange desired.

As posições expressas nos textos assinados são de responsabilidade exclusiva dos autores.

Toda a correspondência deve ser dirigida à Comissão Editorial dos Cadernos IHU ideias:

Programa Publicações, Instituto Humanitas Unisinos – IHU
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos
Av. Unisinos, 950, 93022-750, São Leopoldo RS Brasil

CAPITAL E IDEOLOGIA DE THOMAS PIKETTY: UM BREVE GUIA DE LEITURA

Alexandre Alves

Doutor em história econômica pela Universidade de São Paulo - USP
e pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação
da Universidade do Vale do Rio dos Sinos -UNISINOS

Introdução: discutindo a desigualdade econômica

Na “Parábola dos talentos”, o evangelho segundo São Mateus conta a história de um homem que sai de viagem e deixa seus bens a cargo de seus três servos. O primeiro servo recebe cinco talentos, o segundo dois talentos e o terceiro um talento. Os dois primeiros servos realizam negócios vantajosos e conseguem dobrar a quantia recebida. O terceiro servo, no entanto, abriu uma cova no chão e enterrou o talento que recebeu. Quando o mestre retorna, elogia os dois primeiros servos por sua fidelidade: “Muito bem, servo bom e fiel! Sobre o pouco foste fiel, sobre o muito te colocarei. Vem alegrar-te com teu senhor! ”. Já o terceiro servo é acusado de ser “mau e preguiçoso” por não ter feito a riqueza render e, assim, o mestre ordena: “Tirai-lhe o talento que tem e dai-o àquele que tem dez, pois a todo aquele que tem será dado e terá em abundância, mas daquele que não tem, até o que tem lhe será tirado” (Mateus, 25:29).

O chamado “Efeito Mateus” foi proposto em 1968 pelo sociólogo Robert K. Merton (Merton, 2013) para explicar a acumulação de vantagens e desvantagens na alocação do reconhecimento científico, mas logo se difundiu por outras áreas. Em estudos de economia e distribuição, ilustra a

observação prática de que “dinheiro chama dinheiro”, “sucesso atrai sucesso”, os ricos ficam cada vez mais ricos, ou seja, as vantagens e desvantagens advindas da renda e da riqueza tendem a se acumular de maneira assimétrica e desproporcional no gradiente socioeconômico. A desigualdade econômica, contudo, permaneceu como um tema marginal e desprestigiado nas ciências econômicas durante todo o século XX.

O influente *Palgrave dictionary of economics*, em sua edição de 2009, por exemplo, dedica pouquíssimo espaço em suas mais de quinze mil páginas a discussões sobre desigualdade de renda e redistribuição. Muitas vezes, o estudo da desigualdade não é sequer considerado uma questão econômica relevante e é associado muito mais a áreas “normativas” como a ética ou a sociologia do que à economia. O economista da escola de Chicago, ganhador do prêmio Nobel, Robert Lucas, por exemplo, afirmou em 2003 que “das tendências que são prejudiciais para a economia lógica, a mais sedutora, e em minha opinião a mais venenosa, é focar em questões de distribuição. [...] O potencial para melhorar a vida das pessoas pobres, encontrando diferentes formas de distribuir a produção atual, não é nada se comparado ao potencial aparentemente ilimitado de aumento da produção” (citado em Atkinson, 2015, p. 39). Como Lucas, economistas ortodoxos tendem a acreditar na famosa “teoria do gotejamento” (*trickle down theory*), segundo a qual políticas que beneficiem os mais ricos gerariam efeitos positivos que se difundiriam por toda a economia, beneficiando também os mais pobres. John Kenneth Galbraith a comparou à fábula do cavalo e do parda: “se você alimentar o cavalo com bastante aveia, parte dela cairá na estrada para os pardais” (citado em Banerjee & Duflo, p. 290).

Essa visão das questões econômicas, no entanto, não resistiu ao teste dos fatos. Uma metanálise recente, que incluiu estudos empíricos publicados em periódicos científicos entre 1994 e 2014, concluiu que maior desigualdade inibe o crescimento econômico e que, entre as diversas formas de desigualdade, a desigualdade na distribuição da propriedade e na formação de capital humano são as mais perniciosas para o desenvolvimento (Neves, Afonso & Silva, 2016). Em seu livro *Boa economia para tempos difíceis*, o casal de economistas que ganhou o Nobel da área em 2019, Abhijit Banerjee e Esther Duflo, afirmam que a desigualdade elevada e crescente incentiva o rentismo, estimula a formação de monopólios e conduz a uma alocação ineficiente dos recursos.

Os ganhos pantagruélicos do setor financeiro e os salários estratosféricos dos CEOs das grandes companhias, por exemplo, drenam recur-

sos que deveriam ser investidos em atividades úteis para a sociedade¹. Uma série de estudos mostrou que a remuneração dos executivos está menos ligada às forças da oferta e procura do que a mudanças sociais e políticas que deram a eles o poder de manipular os conselhos de administração das firmas e, assim, fixar os próprios salários no patamar que quiserem (Bebchuk & Fried, 2004). Esses estudos também demonstraram que não há relação entre o desempenho real dos executivos e a remuneração que recebem, o que refuta a narrativa meritocrática de que, por serem mais competentes, os executivos supostamente “merecem” as altas rendas que abocanham. Para conter a desigualdade e estimular o crescimento, Banerjee e Duflo defendem o retorno da taxaço dos ricos:

Acreditamos que alíquotas tributárias marginais elevadas, aplicadas somente sobre as rendas mais altas, são uma maneira perfeitamente sensata de conter a explosão da elevada desigualdade de renda. Elas não serão extorsivas, uma vez que incidirão sobre bem poucas pessoas; os altos gestores simplesmente deixarão de embolsar fortunas. E, por tudo que sabemos, essas alíquotas não desmotivarão ninguém a se dedicar tanto quanto possível no trabalho [...]. Lidar com essa questão exigirá abordagens complementares. Mas podemos começar eliminando os ultrassuper-ricos (o que significa, caso você esteja com pena deles, torná-los apenas super-ricos). (Banerjee & Duflo, 2020, p. 306-7).

A acumulação de evidências nas últimas duas décadas ressaltou a necessidade de mensurar com mais precisão e discutir com mais ênfase os efeitos da desigualdade econômica. No passado, essa mensuração era complexa e precária, pois era necessário consultar arquivos físicos com registros de impostos de renda e taxas sobre transmissões, muitas vezes precários e inacessíveis. A comparação entre países também era problemática porque cada país utilizava critérios distintos para coletar esse tipo de dado. A partir dos anos 2000, graças à digitalização e ao surgimento de bancos de dados on-line, os estudos empíricos sobre desigualdade abandonaram seu status marginal e se tornaram uma área importante da pesquisa econômica. Cada vez mais o problema da desigualdade crescente de renda se coloca no centro do debate público (muito mais, porém, nos países ricos do que nos emergentes como o Brasil).

Na pesquisa sobre desigualdade econômica, se destacou o trabalho de Thomas Piketty. Verdadeiro jovem prodígio, Piketty estudou ma-

1 Segundo cálculos do economista Paul Krugman (2010, p. 172), em 1970, os CEOs das 102 maiores companhias dos Estados Unidos recebiam, em média, 1,2 milhão de dólares em valores atualizados, o equivalente a quarenta vezes o salário de um trabalhador médio. No início dos anos 2000, os CEOs ganhavam, em média, 9 milhões de dólares ou o equivalente a 169 vezes o salário de um trabalhador médio.

temática e economia na prestigiosa École Normale Supérieure de Paris e concluiu o doutorado com apenas 22 anos. Escolheu a economia pública como área de concentração e pesquisou a concentração de renda na França, analisando sistematicamente as declarações de renda desde o começo do século XX. Em 2013, Piketty foi catapultado à fama internacional com o lançamento do livro *O Capital no século XXI*, que vendeu mais de um milhão de cópias somente em 2014 e foi traduzido em diversas línguas. O fenômeno Piketty contribuiu para dar respaldo a pesquisas históricas e quantitativas sobre as desigualdades de renda e de riqueza em várias partes do mundo.

O objetivo deste Caderno é introduzir o leitor ao pensamento do economista Thomas Piketty sobre a desigualdade econômica. No item 1, será apresentada uma breve análise do livro *O Capital no século XXI*. Nos itens seguintes, serão elencados os principais temas tratados no livro mais recente de Piketty, *Capital e ideologia*, publicado em 2019 e traduzido no Brasil em 2020. O livro tem 17 capítulos repartidos em quatro partes. Na primeira parte, é analisada a transição das sociedades ternárias, nas quais a desigualdade se expressa na divisão da sociedade em três funções ou ordens, para as sociedades proprietárias, nas quais as barreiras entre as ordens foram abolidas e novas justificativas foram introduzidas para legitimar as desigualdades. Na segunda parte, são abordadas as sociedades escravocratas e coloniais, nas quais as formas de dominação conduzem a uma desigualdade extrema. Na terceira parte, se trata da crise das sociedades proprietárias no início do século XX, do surgimento das alternativas social-democrata e comunista, do colapso do sistema comunista e do ressurgimento da alta desigualdade no hipercapitalismo globalizado. Na quarta parte, por fim, são analisadas as múltiplas dimensões do conflito político, as mudanças estruturais no conflito direita-esquerda, a ascensão do social-nativismo e as propostas concretas do “socialismo participativo do século XXI”. Os pontos centrais de cada uma dessas partes serão destacados nos itens abaixo, de forma a tornar claras a argumentação do autor e as articulações conceituais da obra. É importante destacar que o presente texto pretende ser apenas um guia de leitura e não substitui a leitura da obra original.

I. O Capital no século XXI e a curva em U da desigualdade

Em *O Capital no século XXI*, Piketty analisa fontes fiscais e dados históricos dos países ricos para examinar a evolução da renda e do patrimônio desde o século XVIII nesses países. Ele se concentra na dinâmica de longa duração e procura demonstrar como a desigualdade diminui en-

tre 1914 e 1945 não devido a alguma tendência endógena, mas aos choques causados pelas duas guerras mundiais, a inflação e a crise dos anos 1930, que dilapidaram os grandes patrimônios. Piketty argumenta que o que manteve a desigualdade sob controle nas décadas do pós-guerra foi a forte progressividade fiscal e as políticas redistributivas, que impediram que a desigualdade retornasse ao nível extremo em que se encontrava em 1914, antes da Primeira Guerra. Porém, a partir dos anos 1980, em decorrência das políticas neoliberais de desregulamentação financeira, privatização, corte de impostos sobre as altas rendas, a desigualdade voltou a crescer. Assim, a trajetória da desigualdade no século XX perfaz uma curva em U, como mostrada na figura abaixo.

CAPITAL IN THE TWENTY-FIRST CENTURY



Desigualdade de Renda nos Estados Unidos, 1910-2010

Entre as décadas de 1910 e 1920, o décimo superior da distribuição ficava com 45-50% da renda nacional norte-americana. Essa porcentagem caiu para 35% na década de 1950, em razão das políticas redistributivas de F. D. Roosevelt, e voltou a subir na década de 1970, retornando à proporção de 45-50% no início do século XXI. Fonte: Piketty, 2014, p. 31.

Em sua argumentação, Piketty se opõe à tese de Simon Kuznets (1901-1985), economista que elaborou a primeira teoria sobre crescimento e desigualdade fundamentada em extenso trabalho estatístico. Segundo a célebre curva de Kuznets em forma de sino, a desigualdade seria uma característica das economias em sua fase de acumulação e desenvolvimento. Ao atingir alta renda per capita, a combinação entre crescimento, concorrência e tecnologia levaria espontaneamente à redução da

desigualdade. O modelo de Kuznets previa que, no estágio avançado do desenvolvimento capitalista, a desigualdade de renda diminuiria automaticamente e beneficiaria a todos. Ficou famosa a frase atribuída a Kuznets: “o crescimento é uma maré montante que ergue todos os barcos” (Growth is a rising tide that lifts all the boats). Porém, o forte retorno da desigualdade nos países ricos a partir dos anos 1980 contradizia o modelo de Kuznets.

A questão da desigualdade foi negligenciada na área de economia por causa dessa crença equivocada no equilíbrio espontâneo e por conta da confiança excessiva em modelos econométricos de “agente representativo”, que supõe que os agentes econômicos são idênticos: recebem a mesma renda e tomam as mesmas decisões; assim, essas decisões podem ser agregadas num modelo único.

Após ter reunido uma base de dados muito maior e muito mais sólida que a de Kuznets, Piketty mostrou que a curva em forma de sino na verdade devia ser invertida. A não ser que seja contida por meio de políticas redistributivas e fiscalidade progressiva, a riqueza tende à extrema concentração, sem que haja nenhuma força endógena que conduza ao equilíbrio espontâneo. A acumulação do capital não é infinita e não levará o capitalismo a uma catástrofe apocalíptica, como profetizava Marx em *O Capital* (Marx, 2013), mas produz efeitos desestabilizadores que ameaçam o desenvolvimento, a democracia e a coesão social.

Na perspectiva de Piketty, a desigualdade não é necessariamente um mal em si. A questão central seria avaliar se ela possui justificativas e se há razões concretas para que ela exista ou se ela tende a atingir níveis disfuncionais que ameaçam a sociedade e a própria economia. Piketty afirma que, no longo prazo, a força que de fato impulsiona o aumento da igualdade é a difusão do conhecimento e a disseminação da educação de qualidade, que só podem ser garantidas mediante um sistema fiscal fortemente progressivo. Essa é a principal força de convergência, ou seja, que leva à diminuição da desigualdade. As forças de divergência são o crescente abismo salarial entre as altas remunerações dos executivos e o restante da massa salarial e entre os altos patrimônios e a renda média da população. Piketty expressou essa relação de divergência na desigualdade $r > g$, onde r = taxa de remuneração do capital e g = taxa de crescimento da renda e da produção. Expressa em linguagem natural, a tese do livro é assim enunciada:

Quando a taxa de remuneração do capital ultrapassa a taxa de crescimento da produção e da renda, como ocorreu no século XIX e parece provável que volte a ocorrer no século XXI, o capitalismo produz automaticamente desigualdades insustentáveis, arbitrarias,

que ameaçam de maneira radical os valores de meritocracia sobre os quais se fundam nossas sociedades democráticas. Existem, contudo, meios pelos quais a democracia pode retomar o controle do capitalismo e assegurar que o interesse geral da população tenha precedência sobre os interesses privados, preservando o grau de abertura econômica e repelindo retrocessos protecionistas e nacionalistas (Piketty, 2014, p. 9).

Na visão de Piketty, a questão da distribuição da riqueza tem uma irreduzível dimensão normativa e é, por natureza, conflituosa. Mas a pesquisa metódica de fatos e regularidades, assim como os mecanismos econômicos, sociais e políticos que os explicam, pode ajudar a redefinir os termos do debate democrático, desmascarando noções preconcebidas e falsas. Na contracorrente das teorias pós-modernas segundo as quais “não existem fatos, somente interpretações”, Piketty manifesta uma forte confiança na pesquisa empírica e na investigação do fato social em suas dimensões histórica e quantitativa. Além disso, contra o clima de pessimismo cultural que passou a reinar nas ciências humanas e sociais após o declínio no comunismo, Piketty partilha a crença iluminista no progresso social mediante o avanço do conhecimento e na possibilidade de construir uma sociedade mais justa e mais racional por meio da deliberação democrática e da ação cívica.

II. Desigualdade e conflito ideológico

No início do Manifesto do Partido Comunista, publicado em 1848 no calor da agitação revolucionária na Europa, Marx e Engels afirmaram:

Até hoje, a história de toda sociedade é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, senhor e servo, mestre de corporação e aprendiz – em suma, opressores e oprimidos sempre estiveram em oposição, travando luta ininterrupta, ora velada, ora aberta, uma luta que sempre terminou ou com a reconfiguração revolucionária de toda a sociedade ou com o ocaso conjunto das classes em luta (Marx e Engels, 2012, p. 8).

Para Marx, a luta de classes move a roda da história e não há possibilidade de acordo ou consenso porque o antagonismo entre as classes é irremissível. Ideologias universalistas como o liberalismo apenas distorcem a realidade e criam uma “falsa consciência” que dissimula os interesses particulares da classe dominante. Na reconstrução histórica que Piketty faz da desigualdade socioeconômica, em contrapartida, a categoria de classe não é o centro da análise. A história das sociedades seria muito mais a história do conflito de ideologias do que da luta de classes. Piketty

define as ideologias não como mentiras a serviço dos dominadores ou como ilusões socialmente úteis, mas como tentativas mais ou menos coerentes de exprimir uma visão da sociedade justa. Assim, toda ideologia está ligada a uma teoria da justiça e procura descrever a organização desejável ou ideal da sociedade. É preciso “levar as ideologias a sério” e compreender que o dissenso lhes é inerente, pois é impossível conquistar a adesão de todos o tempo todo. Por isso, a ideologia gera para o indivíduo uma injunção para formar e defender uma opinião sobre questões fundamentais, tais como: Qual o melhor regime político? Qual o melhor regime de propriedade, educativo e fiscal? As ideologias podem ser definidas como narrativas que visam legitimar ou contestar as desigualdades existentes:

Toda sociedade humana deve justificar suas desigualdades: precisa encontrar razões para sua existência, caso contrário o conjunto do edifício político e social ameaça desabar. Assim, toda época produz um conjunto de discursos e ideologias contraditórios que visam legitimar a desigualdade tal como ela existe ou deveria existir, e a descrever as regras econômicas, sociais e políticas que permitem estruturar o todo. Desse confronto, ao mesmo tempo intelectual, institucional e político, emergem geralmente uma ou várias narrativas dominantes sobre as quais se apoiam os regimes desigualitários vigentes (Piketty, 2020, p. 11).

Piketty escande a longa história da desigualdade em distintos regimes desigualitários. Cada regime desigualitário repousa sobre dois alicerces: 1) uma teoria da fronteira, que determina quem pode fazer parte da comunidade e como o poder deve ser exercido sobre os indivíduos; 2) uma teoria da propriedade, que determina qual sistema legal deve definir as relações entre proprietários e não proprietários e como o poder deve ser exercido sobre as coisas. A resposta a essas duas questões – do regime de propriedade e do regime político – caracteriza um regime desigualitário.

Piketty rejeita duas concepções opostas da desigualdade, presentes no discurso corrente. De um lado, a narrativa conservadora, que interpreta a desigualdade como um fenômeno natural, que não pode ser modificado pela ação humana, ou como uma consequência inevitável resultante das forças econômicas e do desenvolvimento tecnológico. De outro lado, a narrativa marxista, segundo a qual o capital tende à concentração infinita e necessariamente produzirá desigualdades cada vez maiores, até o momento em que os oprimidos entrem em guerra com os opressores e suprimam o capitalismo. Contra a narrativa conservadora, Piketty ressalta que a desigualdade é uma questão essencialmente política e ideológica,

portanto não é natural nem inevitável. Contra a narrativa marxista, afirma que não existe determinação mecânica da superestrutura pela infraestrutura e que, portanto, a esfera político-ideológica possui real autonomia. Piketty defende que existem múltiplas maneiras de estruturar um sistema econômico, social e político. Ao longo de todo o livro, ele repete como um mantra que “múltiplas trajetórias são possíveis”. A história das sociedades é cheia de pontos de bifurcação, caminhos possíveis e sempre haverá alternativas. É preciso rejeitar, portanto, toda visão mecanicista ou fatalista da história. Piketty acredita que as sociedades humanas têm surpreendente capacidade de cooperar e de imaginar novas instituições em larga escala e que, portanto, a superação das desigualdades depende da deliberação e da ação humanas.

Nas sociedades contemporâneas, a ideologia que justifica as desigualdades existentes é o discurso proprietarista, empresarial e meritocrático, segundo o qual todos têm iguais oportunidades de ascensão social e, portanto, cada indivíduo é única e exclusivamente responsável por seu sucesso ou seu fracasso. De acordo com esse discurso, essa forma de legitimar as desigualdades existentes seria justa porque todos são vistos como sujeitos autônomos e têm as mesmas chances de participar do jogo do mercado, de aproveitar oportunidades e de fazer investimentos vantajosos. Os ricos merecem sua riqueza por serem os mais empreendedores, os mais perseverantes, os que não recuam diante dos riscos. Eles também seriam os mais úteis para a sociedade, pois todos se beneficiariam, direta ou indiretamente, de seu capital acumulado, que gera empregos, inovações e crescimento. Segundo Piketty, esse discurso é uma maneira cômoda para os vencedores do sistema econômico atual de justificarem qualquer nível de desigualdade e de estigmatizarem os perdedores, que são vistos como desprovidos de mérito, de virtude, de diligência etc.

A grande preocupação política contemporânea é a ascensão de movimentos identitários nacionalistas que pendem para a extrema direita em diversas partes do globo. Piketty atribui a ascensão do que chama de “social-nativismo” à ausência de uma narrativa coerente que permita vislumbrar um novo horizonte universalista, inclusivo e igualitário. Na falta dessa narrativa, o recuo identitário e nacionalista se apresenta cada vez mais como narrativa de substituição, como ocorreu na Europa no curso da primeira metade do século XX, com a ascensão dos fascismos. Os enormes desafios representados pela desigualdade global, os movimentos de migração em massa e a mudança climática só podem ser resolvidos no contexto desse horizonte universalista e igualitário. Do contrário, o caráter

disfuncional do capitalismo atual pode se agravar e levar ao colapso do próprio sistema:

Se não transformarmos profundamente o atual sistema econômico para torná-lo menos desigualitário, mais equitativo e mais sustentável, tanto entre países quanto dentro deles, então o “populismo” xenófobo e seus possíveis sucessos eleitorais por vir poderiam rapidamente dar início à destruição da globalização hipercapitalista e digital dos anos 1990-2020 (Piketty, 2020, p. 12).

Piketty destaca que “cada trajetória político-ideológica nacional pode ser vista como um gigantesco processo de aprendizagem coletiva e de experimentação histórica” (Piketty, 2019, p. 25). Sua abordagem é comparativa e transnacional e seu objetivo é utilizar as ciências sociais para melhor compreender as transformações em curso, em particular, a construção de uma sociedade mundial, uma comunidade política humana e não meramente nacional ou regional. Na contramão das visões conservadoras e do relativismo pós-moderno, a análise histórica de Piketty conclui que é o combate pela igualdade e pela educação que permitiu o desenvolvimento econômico e o progresso humano ao longo da história e não a sacralização da propriedade, da estabilidade e da desigualdade.

Na sua interpretação, a nova narrativa hiperdesigualitária que se impôs desde os anos 1980-1990 é produto do “desastre comunista”, que desarmou o discurso progressista e reprimiu sua imaginação institucional. Essa narrativa também resultaria da excessiva divisão de saberes no interior das ciências sociais. Sua reconstrução histórica dos regimes desigualitários tem, portanto, dois objetivos centrais: 1) realizar uma síntese erudita de todo o saber disponível sobre a desigualdade, reunindo dados de diversas disciplinas: história, sociologia, economia, ciência política, literatura; 2) servir como manifesto político em defesa do “socialismo participativo” do século XXI, baseado na mudança estrutural do regime de propriedade e na redivisão do poder político e econômico.

III. Da sociedade de ordens à sociedade de proprietários

Para analisar a história dos regimes desigualitários, Piketty adota uma perspectiva de longa duração. As formas históricas anteriores de distribuição da propriedade e do poder político são importantes para explicar a desigualdade atual tanto pela persistência das inércias e arcaísmos ao longo do tempo, quanto pelo aprendizado histórico que propiciam.

O primeiro regime desigualitário descrito por Piketty, no capítulo 2 de *Capital e ideologia*, é o das “sociedades ternárias” ou “sociedades trifuncionais”, caracterizadas pela existência de três grupos sociais distintos –

clero, nobreza e terceiro estado – que desempenham funções essenciais para a coesão e a perpetuação da comunidade. É a categoria de regime desigualitário mais antiga e mais difundida na história e deixou marcas que ainda hoje se fazem sentir. Se encontra em quase todas as sociedades da Antiguidade e em todas as partes do mundo. Embora a realidade seja mais complexa, com grupos e subgrupos diferenciados, a divisão típica da sociedade ternária é a seguinte:

- Clero: classe religiosa e intelectual, encarregada da direção espiritual, dos valores morais e da educação da comunidade;
- Nobreza: classe guerreira e militar, responsável pela segurança, proteção e estabilidade do conjunto da sociedade;
- Terceiro estado: classe plebeia e laboriosa, que agrupa todo o restante da sociedade – camponeses, artesãos e comerciantes – e que tem como encargo a reprodução material da comunidade.

Nas sociedades ternárias, as duas classes dirigentes – o clero e a nobreza –, embora representem uma fração mínima do conjunto da comunidade, monopolizam os direitos de propriedade e o poder de governo. A maior parte da propriedade, na forma de terras agrícolas, estava em suas mãos.

O surgimento do Estado moderno, entre os séculos XV e XVI, sobrepôs as bases da ordem trifuncional. Aquilo que era função das duas classes dirigentes (segurança, justiça, educação etc.) passou a ser encargo do Estado e, assim, a legitimidade dessas classes e seus privilégios foram postos em questão. Essa erosão, contudo, foi um lento processo. Traços trifuncionais permanecem até hoje, principalmente no nível simbólico (como as monarquias parlamentares europeias). Piketty ressalta outra herança das sociedades trifuncionais: as desigualdades ligadas às diferenças de estatuto étnico-religiosas, que ainda desempenham um papel central nas sociedades modernas.

A Revolução Francesa de 1789 acelerou esse processo de decomposição das sociedades ternárias. Às vésperas da Revolução, o clero e a nobreza somados constituíam cerca de 1,5% da população francesa, mas detinham entre metade e dois terços de toda a propriedade. Em 1789, o terceiro estado, esmagadora maioria da população, com o apoio de alguns membros do clero e da nobreza, se proclamou Assembleia Nacional e seu primeiro ato foi a abolição dos privilégios do clero e da nobreza. Foram abolidos os privilégios fiscais e jurídicos das antigas classes dirigentes (como as corveias, as banalidades, o *laudêmio* e o *dízimo eclesiástico*), mas restava a questão da propriedade. Muitas discussões sobre a legitimidade dos direitos dos proprietários foram travadas na Assembleia Nacional. A partir de 1792, com a transformação da Assembleia em

Convenção, a Revolução se radicalizou. Os nobres tiveram que provar a origem contratual de seus direitos de propriedade e surgiram propostas de imposto progressivo, como a de Lacoste, que defendia um imposto sobre heranças e sucessões que variava de 6% para os que possuísem acima de 0,3% do patrimônio médio a 67% para aqueles que possuísem mais de 1.500 vezes o patrimônio médio.

Essas propostas radicais, todavia, não avançaram. O Estado francês pós-revolucionário acabou adotando impostos estritamente proporcionais (uma taxa moderada igual para os diferentes níveis de patrimônio, independentemente de sua magnitude). Foi adotado um sistema legal e fiscal bastante favorável à acumulação patrimonial e à concentração de propriedade, o que determinou o fracasso da Revolução na redução das desigualdades herdadas do Antigo Regime. A maior parte dos legisladores revolucionários provinha da burguesia proprietária e temia lançar a sociedade no caos se os direitos de propriedade fossem postos em questão. Por isso, determinaram que a sociedade seria refundada sobre dois princípios: a propriedade privada e o Estado centralizado.

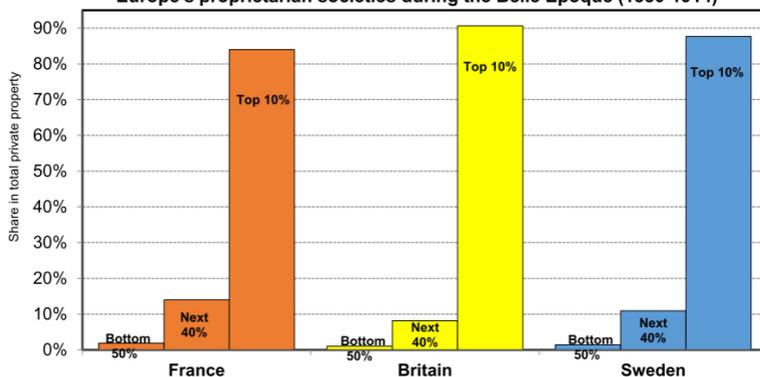
A Revolução, portanto, acabou conduzindo ao desenvolvimento de uma sociedade proprietarista marcada por extrema desigualdade entre 1800 e 1914. Ao analisar o processo de transição das sociedades ternárias às sociedades proprietárias, Piketty aborda as trajetórias dos diferentes países europeus, mas seu foco é principalmente na França e no Reino Unido. Em sua interpretação, ele utiliza inclusive os romances de costumes de Balzac e de Jane Austen, que documentaram, com riqueza de detalhes, os valores e o comportamento dessas sociedades em relação à propriedade e à riqueza. No caso da França, a concentração patrimonial herdada do Antigo Regime cresceu no decorrer do século XIX, de tal forma que no início do século XX tinha-se uma concentração mais extrema do que a existente antes da Revolução. No decênio 1800-1810, o centil superior da distribuição (o 1% mais rico) possuía 45% de toda a propriedade, proporção que se elevou para 55% no decênio 1900-1910. Em Paris, essa disparidade era ainda mais elevada: em 1914, o decil superior (os 10% mais ricos) possuía cerca de 90% e o 1% mais rico 65% de toda propriedade na cidade².

Ao discutir a gênese da sociedade de proprietários, Piketty mostra como a Belle Époque (1880-1914) foi um período contraditório de livre comércio e invenções modernas, como o automóvel, a eletricidade, o telefone, o rádio, por um lado, e de desigualdade social violenta e exorbitante, por outro lado. Essa combinação de modernidade e arcaísmo per-

2 Na categoria "propriedade", Piketty inclui não somente a propriedade imobiliária, mas também a financeira, na forma de ativos financeiros, títulos públicos, ações, depósitos etc.

mite estabelecer uma analogia com o início do século XXI. Da mesma forma que a Belle Époque, nosso mundo é marcado pelas duas faces contraditórias que são a globalização e a contínua inovação tecnológica, de um lado, e o aumento constante das desigualdades e dos conflitos gerados por ela, de outro lado. Piketty estende a analogia, sugerindo que a alta desigualdade da Belle Époque pode estar na origem do fascismo e das duas guerras mundiais. De modo similar, ele sugere que as desigualdades atuais estão alimentando a reação social-nativista e podem conduzir ao colapso da globalização e ao fim dessa fase de progresso tecnológico e inovação.

**Figure 5.6. Extreme patrimonial inequality:
Europe's propertarian societies during the Belle Epoque (1880-1914)**



A Belle Époque marca o ápice das sociedades proprietaristas europeias. No gráfico, o decil superior possuía 51% de toda a propriedade na França, 55% no Reino Unido e 53% na Suécia. A Suécia é um caso interessante. De um país extremamente desigual, com um dos sistemas de voto censitário mais restritivos da Europa, tornou-se uma das sociedades mais igualitárias do globo, após a mobilização da sociedade civil e décadas de governo do Partido social-democrata.

Fonte: <http://piketty.pse.ens.fr/fr/ideology>

A questão do regime de propriedade é central na argumentação de Piketty. Sua reconstrução histórica dos regimes desigualitários não se apoia numa crítica do capitalismo per se, mas da tendência de acumulação infinita de propriedade e riqueza que ele vê como inerente ao capitalismo:

O capitalismo pode ser visto como um movimento histórico que procura constantemente expandir os limites da propriedade privada e

da acumulação de patrimônio para além das formas tradicionais de propriedade e das fronteiras existentes entre estados (Piketty, 2020, p. 150).

No capítulo 4, Piketty enfatiza que a ideologia proprietarista tem uma dimensão emancipadora, na medida em que instaurou um sistema legal e fiscal que garante a igualdade civil e protege o indivíduo do poder arbitrário do Estado. A propriedade privada não deve ser demonizada porque também permite que as aspirações individuais e diferentes projetos de vida se expressem, o que foi esquecido pelas sociedades comunistas no século XX. No entanto, Piketty distingue duas formas distintas de proprietarismo: o proprietarismo crítico, que repousa sobre a propriedade mista (privada, pública e social) e que visa instrumentalizar a propriedade para o bem comum, e o proprietarismo exacerbado, que se baseia na sacralização do direito de propriedade, vista como valor máximo e solução para todos os problemas. O proprietarismo crítico caracterizou a social-democracia europeia no século XX, com diversas restrições à acumulação desmedida e medidas sociais redistributivas, já o proprietarismo exacerbado caracterizou o capitalismo europeu até 1914 e descreve a sociedade “hipercapitalista” atual, marcada pela supressão das barreiras à acumulação de riqueza e pelo aumento dos contrastes sociais em todo o globo.

IV. Escravidão, colonialismo e a desigualdade extrema

Um dos principais objetivos de *Capital e ideologia* é responder a algumas das críticas feitas à obra *O Capital no século XXI*, que tratava o problema da desigualdade considerando apenas o contexto dos Estados Unidos e da Europa ocidental. Na segunda parte do livro, que compreende os capítulos 6 a 9, Piketty expande sua análise para as sociedades escravagistas e coloniais da América Latina, da África e da Ásia. Seu objetivo não é recontar a história da desigualdade nessas sociedades como um tema em si, mas investigar como a combinação entre a exploração escravista e a dominação colonial nessas sociedades interage com o proprietarismo europeu e como essa interação transforma a dinâmica da desigualdade.

As sociedades escravagistas representam a forma mais extrema de regime desigualitário, e a preservação do escravismo até a segunda metade do século XIX, em sociedades como os Estados Unidos e o Brasil, deixou uma marca persistente na estrutura das desigualdades. Mas a escravidão moderna é apenas uma das múltiplas formas de trabalho compulsório que existiram ao longo da história. Para entender o impacto do escravismo sobre a história da desigualdade, é necessário compreender

o que caracteriza a escravidão. Podemos fazer isso, comparando-a com a servidão. O servo medieval não tinha mobilidade, devia trabalhar um certo número de dias nas terras do senhor, mas tinha identidade pessoal e detinha certos direitos, como o de se casar e o de possuir certos bens. Já o escravo não possuía nenhuma identidade pessoal, nem direitos. Ele era um bem “semovente”, que podia ser comprado, vendido, arrendado, doado ou legado como herança. Diferente do servo, o escravo não tinha direito à vida privada e familiar, ao casamento ou a possuir qualquer propriedade. Explorado como uma máquina de trabalho, sua mortalidade era extremamente elevada, de onde vinha a necessidade de uma renovação constante do estoque de cativos mediante o comércio de escravos.

Moses Finley propôs distinguir entre “sociedades com escravos”, nas quais estes representam uma parte reduzida da população e não têm um papel social relevante, e as “sociedades escravistas”, nas quais os escravos são uma parte significativa da população e desempenham um papel central na estrutura da produção e nas relações de poder e propriedade. Segundo Finley (1980), o trabalho escravo pode ser encontrado em quase todas as sociedades humanas até o século XIX, mas na história existiram poucas sociedades escravistas de fato. Na Antiguidade, podem ser citadas Atenas e Roma, e na Modernidade, o Brasil, o sul dos Estados Unidos e as Antilhas, nas quais os escravos representavam entre 30% e 80% da população³. Piketty aponta limitações na classificação de Finley, ressaltando que “na realidade histórica se observa um continuum de estatutos do trabalho entre a servidão absoluta e a ‘liberdade’ completa, uma diversidade infinita de situações em função dos direitos de que os indivíduos de fato dispõem” (Piketty, 2020, p. 197).

Na discussão sobre o escravismo, o foco de Piketty não está na explicação histórica do fenômeno da escravidão por si, mas na interação do escravismo com o proprietarismo e no caráter contraditório do processo de abolição da escravidão. Sob o influxo das ideias iluministas, a forma que assumiria a abolição da escravidão era debatida desde o fim do século XVIII. Mas além do conceito de dignidade humana, muitas outras considerações entravam nesses debates. Alguns argumentavam que, por razões econômicas, a abolição não seria viável, pois levaria à ruína indústrias inteiras que dependiam da mão de obra cativa, como as de açúcar, tabaco e algodão. Outros retrucavam que a abolição era necessária, mas devia ser gradual. Mas a questão que realmente dividia a opinião era a da compensação aos donos de escravo. As elites “liberais” do século XIX

3 Em 1860, às vésperas da guerra civil, o sul dos Estados Unidos concentrava 4 milhões de escravos, que constitui a mais alta densidade de escravos observada na história (Piketty, 2020, p. 198).

tenderam a aceitar que, se os proprietários de escravos não fossem indenizados, a própria instituição da propriedade privada corria o risco de ser posta em questão. No Reino Unido, por exemplo, a abolição ocorreu entre 1833 e 1843 e implicou a compensação integral aos proprietários de escravos conforme o valor de mercado do estoque de escravos na época. Os 20 milhões de libras esterlinas que foram pagos aos 4 mil proprietários de escravos ingleses equivaliam a 5% da renda nacional do Reino Unido na época⁴. Poucas foram as vozes, como o revolucionário francês Condorcet, a propor a indenização aos escravos ao invés dos proprietários.

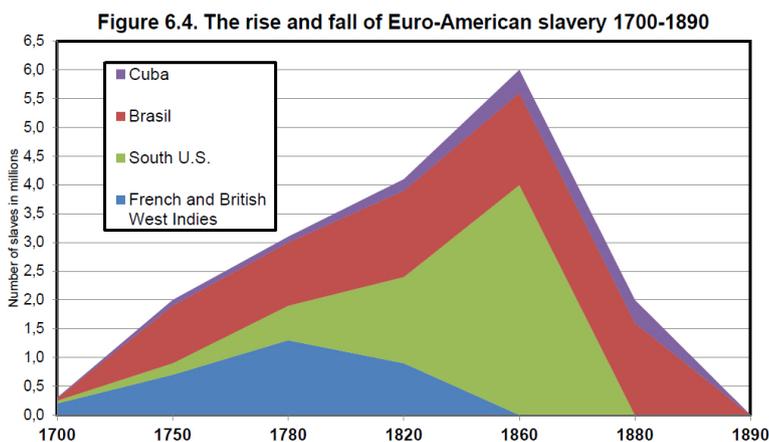
No caso da França, o processo de abolição foi mais tortuoso. A escravidão foi abolida pela Revolução em 1794, mas restabelecida por Napoleão em 1802 e só se realizou definitivamente em 1848. As colônias francesas das Antilhas eram altamente rentáveis e tinham proporções de escravos que variavam entre 80% e 90% da população, o que tornava revoltas frequentes inevitáveis. O caso do Haiti é emblemático. Após a grande revolta dos escravos nas colônias francesas, que se iniciou em 1791, o Haiti se declarou independente em 1804. Essa independência, no entanto, só foi reconhecida pelo Estado francês em 1825, após uma longa negociação em que a França impôs à ex-colônia uma dívida de 150 milhões de francos-ouro com a finalidade de compensar as perdas dos proprietários de escravos. Essa quantia representava 2% da renda nacional francesa e 300% da renda nacional do Haiti na época. Segundo cálculos de Piketty, isso significava que o Haiti teve que pagar à França 5% em média de sua renda anual entre 1849 e 1915, quando a ocupação do país pelos Estados Unidos suspendeu os pagamentos. A dívida só foi reembolsada na totalidade no início dos anos 1950. Esse caso é emblemático porque mostra a relação estreita, observável em diversos momentos históricos, entre propriedade, dívida e escravidão⁵.

O gráfico 6.4 mostra a dimensão inédita do sistema escravagista euro-americano no período de mais de cem anos que vai de 1750 a 1860. Esse período coincide com a revolução industrial nos Estados Unidos e na Europa ocidental. Um fato frequentemente ignorado na histórica eco-

4 Em valores de 2018, segundo cálculos de Piketty, equivaleria a pagar 150 mil euros por escravo, o que significa que os proprietários que possuísem em média 200 escravos receberiam 30 bilhões de euros cada um.

5 Citando Piketty, “tais episódios são fundamentais não apenas porque permitem colocar em perspectiva algumas formas de quase sacralização da propriedade que têm ressurgido neste início do século XXI (principalmente no que se refere ao pagamento integral das dívidas públicas, quaisquer que sejam seu montante e duração, ou a legitimidade, por vezes tida como absoluta e inatacável, da fortuna dos bilionários privados, a despeito de seu tamanho e origem), mas também porque lançam uma nova luz sobre a questão da persistência das desigualdades étnico-raciais no mundo moderno e sobre a questão complexa, porém, incontornável das reparações” (Piketty, 2020, p. 213).

nômica é o processo de retroalimentação e de mútua dependência entre as plantations escravistas da América e a acumulação de capital na indústria. O algodão produzido no sul dos Estados Unidos com trabalho escravo foi determinante na consolidação da indústria têxtil da Inglaterra e do norte dos Estados Unidos. Como analisa Piketty no capítulo 6 de Capital e ideologia, a impossibilidade de uma abolição gradual com compensação aos proprietários, como ocorreu nos casos do Reino Unido e da França, é um problema que está na origem da guerra civil norte-americana e do sistema de apartheid instalado no sul do país durante boa parte do século XX.



Em 1860, o número total de escravos nas plantations euro-americanas do espaço atlântico chega a 6 milhões: 4 milhões no sul dos Estados Unidos, 1,6 milhão no Brasil e 0,4 milhão em Cuba. Nas Antilhas francesas e britânicas, esse ápice é atingido antes, na década de 1780-1790, quando o número de escravos nessa região chegou a 1,3 milhão. A abolição (e o declínio da escravidão) ocorreu em diferentes ritmos. Os últimos países a abolirem a escravidão foram Cuba em 1886 e Brasil em 1888. Fonte: <http://piketty.pse.ens.fr/fr/ideology>

As sociedades coloniais são um outro exemplo de desigualdade extrema analisado por Piketty no capítulo 7. Ele divide a história colonial nas “duas eras da colonização europeia”: a primeira, que se inicia com a “descoberta” da América e as rotas marítimas para a Índia e a China e vai de 1500 até 1800-1850; e a segunda, que se inicia entre 1800 e 1850, com a lenta abolição da escravidão no ocidente, atinge o ápice entre 1900 e 1940, e termina com as descolonizações nos anos 1960. A visão, ainda

difundida, de que esse segundo período envolveria uma dominação ideológica e civilizadora, em contraste com a exploração violenta do primeiro período, é refutada por Piketty. Na realidade, as colônias europeias do período imperialista utilizaram amplamente diversas formas de repressão, convencimento e trabalho forçado para manter sob domínio a população colonial e explorar seu trabalho. Trata-se de sociedades nas quais uma “hiper-elite branca”, que constituía o centésimo ou mesmo o milésimo superior da distribuição, controlava a quase totalidade dos recursos, ficando com a maior parte da renda e da propriedade. Nos Estados coloniais, os impostos eram altamente regressivos e visavam penalizar os colonizados para subsidiar serviços públicos que beneficiavam quase exclusivamente os colonizadores⁶.

Assim como no caso do escravismo, os impérios coloniais utilizaram o mecanismo da dívida como meio de extração e de acumulação de riqueza e capital. As potências imperialistas impunham aos países colonizados pesadas dívidas públicas, frequentemente pela força, o que tornava esse mecanismo semelhante aos tributos militares dos impérios da Antiguidade. Por meio dessa dívida pública, a elite dos impérios coloniais passava a acumular enormes volumes de propriedade e de recursos na forma de ações e obrigações de empresas coloniais. Na prática, o que acontecia era que o resto do mundo trabalhava para elevar o consumo e o nível de vida das potências imperiais, ficando cada vez mais empobrecido e endividado. Conforme a análise de Piketty, além do subdesenvolvimento econômico, as tensões ligadas às desigualdades estatutárias e étnico-raciais estão entre as principais heranças do colonialismo europeu, que ainda sobredeterminam a estrutura das desigualdades no mundo globalizado.

V. Da social-democracia ao hipercapitalismo

Na terceira parte de *Capital e ideologia*, que compreende os capítulos 10 a 13, Piketty aborda o que chama de “a grande transformação” do século XX, fazendo referência à obra clássica do historiador e economista Karl Polanyi (2021). Em sua análise histórica, Polanyi mostrou como o dogma do mercado autorregulado, que fundamentou a “civilização capitalista” até o início do século XX, conduziu à catástrofe dos fascismos. Piketty se inspira nessa abordagem para demonstrar como o ressurgimento desse dogma nas últimas décadas pelo “hipercapitalismo conectado” pode estar conduzindo a uma nova catástrofe, com a ascensão dos partidos e movimentos “social-nativistas” a partir dos anos 2000.

6 No Marrocos, por exemplo, as escolas reservadas aos europeus (4% da população) recebiam 79% de todo o orçamento educacional em 1925 (Piketty, 2020, p. 253).

No capítulo 10, Piketty descreve o quadro histórico de sua análise. O século XX foi marcado por projetos de transformação radical dos regimes desigualitários herdados do passado. No período convulsivo que vai de 1914 a 1945, ocorre uma série de eventos que acabarão levando à queda da sociedade de proprietários: a revolução bolchevista na Rússia, a grande depressão nos anos 1930 e as duas grandes guerras mundiais. Segundo Piketty, a crise das sociedades de proprietários levou à transformação mais rápida e profunda da estrutura das desigualdades de que se tem registro na história humana. Nos países comunistas, a propriedade mesma como instituição social desaparece. Nas sociedades social-democratas, embora permaneçam nominalmente capitalistas, se observa o mesmo declínio do proprietarismo, com a adoção de políticas públicas voltadas para nacionalizações de empresas privadas e pela construção de sistemas amplos de educação, saúde e seguridade social, tudo financiado por impostos pesados e fortemente progressivos sobre as altas rendas e patrimônios.

As décadas do pós-guerra – os chamados “trinta gloriosos”, que vão de 1950 a 1980 – se caracterizam simultaneamente por um crescimento econômico excepcional, principalmente nos países mais industrializados, e por uma contínua e expressiva diminuição das desigualdades econômicas. A partir dos anos 1980, sob o influxo das políticas neoliberais de corte de impostos para as grandes fortunas e capitais e de desmantelamento do Estado social, a desigualdade volta a se elevar, ao mesmo tempo que se observam níveis inéditos de concentração de propriedade. O retorno da desigualdade é justificado ideologicamente por uma ideologia neoproprietarista que glorifica a acumulação, sacraliza a propriedade e atribui o sucesso à competência e ao mérito individual. Contribuiu para a ascensão dessa ideologia o colapso catastrófico do comunismo de estilo soviético.

No período de 1914 a 1945, houve um colapso da propriedade privada e dos grandes patrimônios nos EUA e na Europa. Grande parte da poupança privada foi drenada para financiar o esforço de guerra, mediante impostos crescentes sobre os altos patrimônios e rendas. A incapacidade dos governos liberais de lidar com a depressão econômica dos anos 1930, detonada pelo crash da bolsa de Nova York em 1929, conduziu à desconfiança do capitalismo privado e descrédito do liberalismo econômico. Nos Estados Unidos e na Europa ocidental, assim como em países do capitalismo periférico como Brasil e Argentina, ocorre a formação de economias “mistas”, com forte regulamentação e intervenção do Estado na economia. Setores estratégicos da economia (bancos, energia, indústrias) foram nacionalizados, ativos estrangeiros expropriados, estabele-

ceu-se controles de preços, principalmente de preços imobiliários e aluguéis urbanos.

Na Europa do pós-guerra, os partidos social-democratas e comunistas – que participaram ativamente da resistência – saíram fortalecidos e tinham legitimidade para aumentar a progressividade dos impostos. Já as classes abastadas eram acusadas de terem colaborado, em maior ou menor medida, com os fascistas, principalmente na França que foi ocupada pelos nazistas, os quais instalaram no sul do país o infame governo de Vichy. O imposto progressivo foi utilizado em larga escala para o esforço de guerra e para financiar a reconstrução. Piketty observa que, no pós-guerra, a dívida pública atingia 150% da renda nacional nos Estados Unidos, 180% na Alemanha, 270% na França e incríveis 310% no Reino Unido. Essa dívida foi financiada por diferentes mecanismos: emissão de moeda (que causa inflação), impostos excepcionais sobre os mais ricos ou pura e simples anulação. Piketty enfatiza que o dogma canhestro de que “toda dívida tem que ser paga” não corresponde à realidade histórica. Anulações de dívidas não são raras na história. A dívida da Alemanha ocidental, por exemplo, foi anulada em 1952, o que permitiu financiar a reconstrução do país e estabilizar a sociedade por meio do gasto social⁷.

Piketty dedica uma grande parte de sua análise ao papel do imposto na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Ele afirma que o imposto progressivo gera uma série de benefícios econômicos e sociais: propicia a acumulação de capital produtivo e educativo, reduz num ritmo constante e sustentado as desigualdades, tende a aumentar e legitimar o consentimento ao imposto (porque os mais ricos, que constituem uma minoria, pagam mais), estimula o crescimento e o desenvolvimento econômico. Em contrapartida, o imposto regressivo inibe a acumulação produtiva e estimula a especulação, aumentando progressivamente as desigualdades, também tende a deslegitimar o consentimento ao imposto (descontentamento com o Estado) e estimula a má alocação dos recursos, que leva ao baixo crescimento e ao desemprego estrutural.

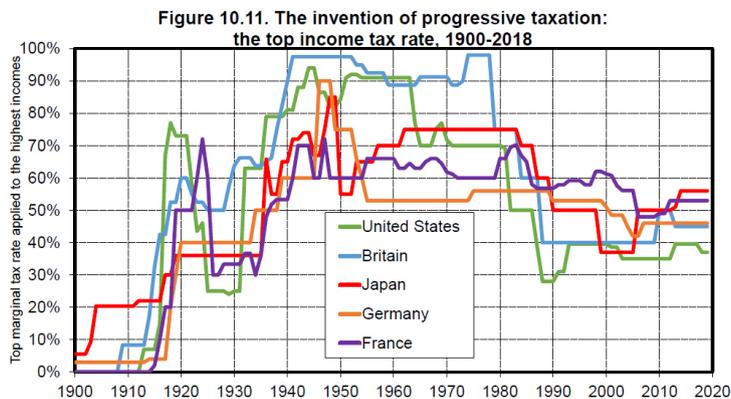
7 Essa discussão interessa particularmente neste momento (estamos em março de 2021), em que se debate como pagar a enorme dívida pública acumulada em razão dos gastos excepcionais para combater a pandemia global de Covid-19 e reanimar a atividade econômica. A dívida pública do Brasil chega a 90% do PIB e a da França a 110%. Na França, muitos exigem a anulação dos 25% da dívida dos países europeus detida pelo Banco Central Europeu, combinada com uma taxa excepcional, variando de 1% a 3% sobre grandes fortunas, a ser paga durante 10 anos. No Brasil, as propostas para taxação de fortunas não avançam no Congresso, controlado pelo “Centrão” que apoia Bolsonaro e seu ministro neoliberal, o “Chicago boy” Paulo Guedes. Em ambos os casos, vozes “liberais” elevam o tom para declarar que anulação de dívida e taxação de fortunas são delírios ou até mesmo crimes e que a única solução está nas privatizações e no corte do gasto social.

Os impostos progressivos foram a pedra de toque que permitiu erigir sociedades social-democratas, que são definidas por Piketty como sociedades que atingiram altos níveis de gasto social e de provisão de serviços públicos, o que resultou numa expressiva diminuição das desigualdades. Em sua definição, as sociedades social-democratas incluem um amplo espectro: não só os países da Europa ocidental, mas também os EUA entre 1932 e 1980 e o Japão no pós-guerra. As reformas social-democratas não erradicaram o capitalismo, mas facilitaram o acesso à propriedade por parte de novos grupos sociais e a circulação do patrimônio pela sociedade ao invés de sua concentração no topo.

O imposto progressivo, como sistema fiscal com taxas de imposição mais altas sobre aqueles que possuem as mais altas rendas e patrimônios do que sobre o restante da população, assumiu nos países social-democratas duas formas principais:

- Sobre a renda global (soma dos rendimentos de diversas categorias: salários, pensões, aluguéis, dividendos, juros, lucros, royalties etc.);
- Sobre as sucessões (transmissão de todo tipo de patrimônio: imobiliário, financeiro, por morte, por doação etc.).

Entre 1932 e 1980, a taxa média de imposto sobre as mais altas rendas nos EUA e no Reino Unido foi, respectivamente, de 81% e 89%, enquanto a taxa média do imposto sobre heranças e sucessões foi de 75% e 72% nos dois países respectivamente. O imposto progressivo fez com que a queda no nível global dos patrimônios devido às guerras tenha sido acompanhada por uma desconcentração durável de sua repartição. Junto com outras reformas (saúde, educação, seguridade social), o imposto permitiu o acesso à propriedade por novos grupos sociais, antes excluídos, e a difusão do patrimônio pela sociedade. O objetivo inicial era financiar a dívida pública, mas depois esse objetivo passou a ser erradicar as altas concentrações de patrimônio e impedir a sua perpetuação. Outro objetivo importante era evitar a captura da democracia pelos interesses financeiros e oligárquicos.



A alíquota marginal (imposto adicional pago por uma unidade de renda a mais) sobre as altas rendas se elevou, nos Estados Unidos, de uma média de 23% no período 1900-1932 para 81% no período 1932-1980 e se estabilizou em 39% no período 1980-2018. Uma dinâmica análoga pode ser observada no Reino Unido, no Japão, na Alemanha e na França. A maior progressividade ocorreu nos Estados Unidos e no Reino Unido na metade do século.

Fonte: <http://piketty.pse.ens.fr/fr/ideology>

Nos capítulos 11 e 14, Piketty discute as transformações e limitações da social-democracia. As sociedades social-democratas não souberam dar uma resposta adequada a várias questões: o retorno da desigualdade com a globalização, o neoliberalismo e a revolução tecnológica. Não conseguiram imaginar instituições transnacionais que tornem possível a justiça social em nível global (por exemplo, o controle de capitais por meio de um cadastro global das altas rendas para evitar a evasão de divisas para os paraísos fiscais). Os social-democratas também não promoveram a revolução educacional que seria necessária para promover a igualdade e a circulação do conhecimento no mundo globalizado. Assim, os social-democratas lentamente perderam seu eleitorado, que migrou para o campo conservador por não se sentir mais representado pelas coalizões de esquerda. A crítica necessária das limitações da social-democracia e das falhas da esquerda são a base da agenda propositiva que Piketty oferece no último capítulo do livro, em que ele delinea os contornos de um socialismo participativo do século XXI.

Na quarta parte de *Capital e ideologia*, entre os capítulos 14 e 16, Piketty analisa a dinâmica das clivagens eleitorais e da estrutura do voto para explicar a ascensão do populismo de direita, que ele chama de “social-nativismo”. Piketty rejeita a classe como único critério para analisar a

estrutura do voto argumentando que as clivagens eleitorais são multidimensionais, envolvendo também fatores culturais e educacionais, além da posição do agente no sistema econômico. Nos capítulos 14 e 15, ele analisa as mudanças no conflito político-ideológico e no sistema de partidos; essa análise se limita aos Estados Unidos e à Europa ocidental. Até os anos 1980, nesses países, as classes populares formadas por trabalhadores com menor grau educacional votavam nas coalizões de esquerda, que defendiam uma agenda redistributiva e igualitária, enquanto as classes abastadas com maior renda e melhor formação educacional votavam nas coalizões conservadoras. A partir dos anos 1990, essa estrutura se modifica e surge o fenômeno do “recuo eleitoral” das classes populares, que deixam de votar por não se sentirem representadas pelos movimentos e plataformas políticas que dominam o sistema político.

O conflito eleitoral deixa de ser classista, formando um sistema de elites múltiplas, em que a direita passa a representar aqueles com maior renda e patrimônio, enquanto a esquerda representa aqueles com maior formação educacional. Na França se observa nesse período que quanto maior o nível de escolaridade, maior o número de votos em partidos de esquerda. À medida que a esquerda abandona a agenda redistributiva e abraça a globalização neoliberal, ocorre uma derrocada do voto operário em partidos socialistas, comunistas, social-democratas e trabalhistas. Partidos de esquerda passam então a ser percebidos pelo eleitorado como “partidos dos diplomados” e enfatizam questões culturais e um tipo de meritocracia educacional que aliena os eleitores das classes populares. No capítulo 15, Piketty apelida essa esquerda elitista de “esquerda brâmane”, fazendo referência à casta sacerdotal da Índia antiga.

Os movimentos e partidos social-nativistas surgem justamente para explorar o ressentimento das classes populares contra as elites econômicas e culturais, canalizando-o para a hostilidade contra os imigrantes e para questões étnico-raciais⁸. Essas divisões ocorrem por diferentes motivos e de maneiras distintas em vários lugares, embora tenham a mesma estrutura. Nos Estados Unidos, a desindustrialização e a elitização da educação, promovidas por administrações democratas, permitiu que o Partido Republicano instrumentalizasse o ressentimento dos brancos pobres para conduzir Donald Trump à presidência. No Reino Unido, na França e na Alemanha, é a questão dos imigrantes e dos refugiados que

8 Note-se que, embora essa estrutura de voto seja distinta no Brasil, divisões culturais, religiosas e étnico-raciais foram amplamente exploradas na eleição de Bolsonaro em 2018. Embora essa análise ainda precise ser feita com detalhe e rigor, pode-se conjecturar que o “pacto conservador” efetivado pelo lulismo durante os governos do PT tenha alienado o eleitorado popular que esperava mudanças estruturais e acabou frustrado. Sobre os fatores que levaram à ascensão e à queda do lulismo, confira Singer, 2012 e Singer, 2018.

tornou possível o Brexit e a ascensão de partidos de extrema direita como a Alternativa para a Alemanha (AfD) e o Front National de Marine Le Pen. No caso do leste europeu pós-comunista, o fluxo de lucros extraídos dos países do leste europeu pelos países ricos da União Europeia é a principal fonte de frustração que levou ao surgimento de partidos autoritários de direita como o Fidesz de Viktor Orbán na Hungria e o partido Lei e Justiça (PiS) de Jaroslaw Kaczynski na Polônia.

O descontentamento com o sistema esquerda-direita vigente e com as “elites” arrogantes e corruptas tem levado o eleitorado a votar nos partidos “social-nativistas”, caracterizados pela retórica nacionalista agressiva e pelo desprezo pela diversidade social. Os partidos e movimentos social-nativistas representam uma séria ameaça à democracia, mas Piketty os considera sobretudo um sintoma do abandono de um projeto igualitário pela esquerda democrática:

[...] A sensação de abandono das classes populares em relação aos partidos social-democratas (em sentido amplo) constituiu um terreno fértil para os discursos contra a imigração e para o surgimento das ideologias nativistas. Enquanto a ausência de ambição redistributiva que está na origem dessa sensação de abandono não for corrigida, é difícil imaginar o que impedirá que esse terreno seja cada vez mais explorado (Piketty, 2020, p. 744).

Segundo Piketty, o que ocorreu a partir dos anos 1990 é que as clivagens identitárias se sobrepuseram às questões de classe, propriedade e redistribuição. Tomando as duas dimensões estruturais para a compreensão da desigualdade, apresentadas no início do livro – a dimensão da fronteira e da propriedade –, Piketty sugere que a falta de qualquer proposta ambiciosa para modificar a estrutura da propriedade levou à concentração das energias políticas na segunda dimensão, a da fronteira. Se houvesse propostas de redistribuição da propriedade e de taxaço progressiva, é provável que os conflitos em torno da fronteira e da identidade não fossem tão divisivos. Para Piketty, a forma mais coerente de enfrentar o desafio social-nativista é propor uma agenda de esquerda reformulada. Essa agenda, chamada por Piketty de socialismo participativo do século XXI, parte das políticas redistributivas da social-democracia que reduziram a desigualdade décadas atrás, mas para ampliá-las e dar um passo à frente, contemplando um horizonte transnacional e a expansão da esfera democrática de decisão para a estrutura das empresas.

VI. O socialismo participativo no século XXI: agenda de reformas

Ao contrário do que ainda defendem economistas ortodoxos, Piketty reforça que a desigualdade e a concentração de propriedade não são o preço a pagar pela prosperidade e pelo desenvolvimento. Ao contrário, a desconcentração e a circulação da riqueza e da propriedade é que permitem uma alocação mais eficiente dos recursos e, portanto, aumentos de produtividade e crescimento. Em sua investigação, Piketty mostra a forte correlação histórica que existe entre redução da desigualdade e crescimento econômico sustentado. Foi justamente no período dos “trinta gloriosos”, quando a desigualdade foi drasticamente reduzida, que se observaram as maiores taxas de crescimento econômico nos Estados Unidos e na Europa ocidental.

Um Estado social-democrático e legítimo, capaz de mobilizar recursos e alocá-los em benefício da maioria dos cidadãos, ao invés de canalizá-los para os bolsos de elites extrativas, é um fator essencial para o desenvolvimento econômico. A liberalização comercial acelerada e descontrolada, imposta pelos países ricos aos países mais pobres da África e do leste asiático, por exemplo, levou à queda da arrecadação e ao bloqueio de seu desenvolvimento. Não há desenvolvimento sustentável sem controle de capitais e investimentos consistentes em saúde, educação, proteção ambiental, infraestruturas e seguridade social. A desigualdade mina a legitimidade dos Estados porque corrói a confiança das pessoas no poder público; ela, além disso, acirra as tensões sociais e fomenta movimentos identitários e nacionalistas, ameaçando a democracia, como ocorreu nos anos posteriores à Primeira Guerra Mundial, com a ascensão dos fascismos e pode acontecer novamente com o surgimento do social-nativismo.

No último capítulo de *Capital e ideologia*, Piketty começa sua proposição de um modelo de socialismo participativo refletindo sobre o que pode ser entendido por uma sociedade justa, partindo da teoria da justiça de John Rawls:

A sociedade justa é aquela que permite ao conjunto de seus membros o maior acesso possível aos bens fundamentais. [...] A sociedade justa organiza as relações socioeconômicas, as relações de propriedade e a distribuição de renda e de patrimônio a fim de possibilitar aos membros menos favorecidos que se beneficiem das mais elevadas condições de vida possíveis. A sociedade justa não implica a uniformidade ou a igualdade absoluta. Na medida em que resulta de aspirações distintas e opções de vida diferentes, e em que permite melhorar a condições de vida e aumentar o leque de oportuni-

dades abertas aos mais desfavorecidos, então a desigualdade de renda e de propriedade pode ser justa (Piketty, 2020, p. 820-1).

Porém, para além da declaração de princípios, Piketty ressalta a importância de propor programas concretos para superar a desigualdade e promover a justiça. Ele escolhe o termo “socialismo participativo” para rotular sua proposta porque considera que o balanço do socialismo democrático e da social-democracia no século XX é amplamente positivo, enquanto o do socialismo estatal e hipercentralizado dos Estados soviéticos é catastrófico. Piketty deixa claro, porém, que suas propostas são ilustrativas, pois a justiça só pode ser concebida como resultado da deliberação coletiva e não como produto da mente de um único indivíduo. Não existe ciência capaz de definir com precisão qual o regime de propriedade ideal, o sistema de voto perfeito ou o modelo ótimo de tributação. Tudo isso depende da experimentação coletiva e do jogo de forças políticas. Piketty oferece, assim, apenas “caminhos de experimentações possíveis” para orientar o debate sobre justiça e socialismo.

Destacarei a seguir algumas de suas diversas propostas:

Divisão dos direitos de voto entre os representantes dos assalariados e dos acionistas nos conselhos das empresas. A cogestão entre acionistas e trabalhadores faz parte do modelo nórdico desde os anos 1950, sendo utilizada sobretudo na Alemanha, onde os assalariados possuem metade dos votos, e na Suécia, onde eles detêm um terço dos votos. A participação dos trabalhadores na administração das empresas grandes e médias aumenta seu envolvimento na definição das estratégias das empresas e compensa o poder absoluto dos acionistas e executivos que, muitas vezes, visam apenas seus interesses de curto prazo. Assim, além de expandir a democracia para dentro da estrutura da empresa, a cogestão resulta também em aumentos de produtividade e maior responsabilidade social e ambiental.

Imposto progressivo sobre a propriedade e a circulação de capital. Retomando numa escala ampliada e mais sistemática experiências da social-democracia ao longo do século XX, essa proposta responde à necessidade de encontrar dispositivos institucionais que permitam evitar a concentração ilimitada de propriedade, partindo da constatação de que a mera acumulação de propriedade não tem utilidade pública nenhuma. Para evitar a concentração de capital, é preciso complementar o imposto progressivo sobre a renda por um imposto anual sobre a propriedade. Esse imposto incidiria sobre o valor total das propriedades individuais (incluindo ativos financeiros), que indicam a real capacidade contributiva de cada um. Somente isso asseguraria um imposto justo.

Distribuição da propriedade e dotação universal de capital. O socialismo participativo se diferencia do socialismo autoritário por seu foco na descentralização e na deliberação ao invés da estatização e do comando central. Assim, o que Piketty propõe não é abolir a propriedade, mas sim promover sua circulação de modo que uma porção muito maior de pessoas tenha acesso a ela, numa espécie de reforma agrária permanente. Redistribuir a propriedade, diminuindo a concentração patrimonial, permitiria que os 50% mais pobres participem da vida econômica (por exemplo, criando e gerindo pequenas empresas). Isso seria feito por meio do sistema de dotação de capital para cada jovem adulto (em torno de 25 anos), que seria financiado pelo imposto progressivo sobre a propriedade. Esse processo pode ser entendido como uma reforma agrária permanente, pois passa a abarcar não somente as terras, mas o conjunto do capital privado. A dotação de capital também pode ser entendida como o direito à herança para todos. Cada jovem adulto começaria a vida com o equivalente a 60% do patrimônio médio (200 mil euros nos países ricos, segundo dados de 2010), que poderia ser utilizado para comprar um imóvel ou abrir uma empresa. Com isso, a dotação de capital permitiria o rejuvenescimento dos patrimônios e impulsionaria o dinamismo social e econômico. O objetivo é produzir uma circulação permanente da propriedade e alterar a divisão do poder econômico na sociedade.

A transparência patrimonial como exigência para o imposto justo. Na era dos grandes dados, é inconsistente não haver um registro público de todas as riquezas acumuladas num determinado território. Piketty propõe um registro único de todo o patrimônio de indivíduos e empresas para, com essa informação, instituir um imposto progressivo sobre a propriedade, semelhante à *taxe foncière* francesa e à *property tax* nos EUA. Isso permitiria uma forte redução tributária para os patrimônios modestos e médios e um aumento para os grandes proprietários, o que promoveria a justiça tributária. Caso o indivíduo queira deixar o território e transferir os ativos para o exterior, seria cobrada uma *exit tax* alta o suficiente para dissuadi-lo (Piketty sugere 40% do valor total dos ativos). O princípio geral da justiça tributária é que cada um deve pagar conforme sua capacidade contributiva, proporcionalmente a sua renda e propriedade. Para que isso ocorra, pode ser necessária uma reforma constitucional para eliminar da legislação a sacralização da propriedade e inscrever o princípio da justiça tributária fundada na progressividade do imposto. Os impostos indiretos, como o imposto sobre circulação de mercadorias, não são desejáveis porque não permitem repartir o custo tributário proporcionalmente à renda.

Renda básica e salário justo. Os programas de renda básica já existentes deveriam ser estendidos ao conjunto das pessoas com salários

baixos, como autônomos e informais. Por exemplo, 60% da renda média para os mais pobres, proporção que decresceria conforme o aumento da renda de cada um e abrangeria 30% da população. 5% da renda nacional seria necessária para financiar esses programas. Quanto à questão do salário, Piketty destaca que a menor disparidade salarial promove a eficiência econômica e social. Reduzir as altas rendas (como as remunerações dos altos executivos) e aumentar a remuneração na base e no meio da distribuição contribuiria para promover a justiça tributária e liberaria recursos para expandir os programas de renda básica. Piketty alerta, contudo, que a renda básica não deve ser vista como uma bala de prata, uma solução milagrosa para todos os problemas sociais. Ela está sendo instrumentalizada pelos conservadores para justificar cortes no investimento social com o argumento de que a existência de uma renda básica representa uma “quitação” da dívida social. Assim, a renda básica deve ser vista como parte de um todo que visa reduzir as desigualdades e democratizar o poder econômico.

O bônus para a igualdade democrática. O modelo atual de democracia parlamentar não conseguiu enfrentar o aumento da desigualdade. Para tanto, é necessário transformar as regras políticas em vigor, pois só com a alteração do regime político a questão da desigualdade pode ser enfrentada. Um dos principais problemas é o do financiamento político, pois a força de pressão dos interesses econômicos (financiamento de campanhas, controle da mídia, think tanks conservadores, universidades) desequilibra o sistema de uma pessoa, um voto e permite a oligarquias poderosas sequestrar a democracia. Para resolver esse problema, Piketty propõe um “bônus para a igualdade democrática”, pelo qual cada cidadão receberia uma quantia anual para optar por um partido ou movimento político – a opção seria feita no imposto de renda. O fundo eleitoral seria constituído essencialmente por esse bônus, acompanhado da proibição de doações por empresas e de um teto para as doações de pessoa física. O objetivo é promover uma democracia participativa. No sistema atual, como há deduções no imposto, na prática, a massa da população subsidia as preferências políticas dos mais ricos. O sistema dos bônus, se aplicados a outras deduções – como produções culturais, igrejas e instituições filantrópicas –, permitirá aos cidadãos participar diretamente das decisões sobre o orçamento público (orçamento participativo). Esse sistema tornaria a democracia parlamentar mais reativa às aspirações populares.

Organizar a globalização de outra maneira. As regras atuais que regem o processo de globalização e as organizações multilaterais reduzem sensivelmente a capacidade dos Estados de definir políticas tributárias e

sociais. Seria preciso reformular tratados internacionais, que permitam o compartilhamento de informações sobre rendas e patrimônios transfronteiriços e, assim, coibir as estratégias de evasão fiscal como os paraísos fiscais. Piketty propõe que 1% da renda bruta nacional seja direcionado para o desenvolvimento dos países mais pobres (justiça global). Os tratados comerciais poderiam acrescentar cláusulas estipulando metas de emissão de carbono e alíquotas mínimas de tributação sobre dividendos de empresas. Piketty também propõe assembleias transnacionais que seriam encarregadas de deliberar sobre bens públicos globais (clima, pesquisa etc.) e justiça tributária global (impostos comuns sobre dividendos, grandes fortunas e emissões de carbono).

Imposto sobre o carbono e distribuição justa do investimento educacional. A fim de financiar a transição energética e dividir os pesados custos que ela acarretará, Piketty propõe um imposto sobre o carbono, que deve ser embutido no imposto sobre a renda e ser proporcional ao volume de emissões por faixa de renda (já que os ricos são os maiores emissores) e ser utilizado para o programa de renda básica e para financiar a transição energética. Os “créditos de carbono” são uma péssima solução porque significam a admissão de um direito ilimitado de poluir e estão sujeitos à especulação financeira. Quanto ao investimento educacional, Piketty propõe mais transparência na alocação de recursos de forma a garantir o mesmo investimento público para todos os alunos (na formação inicial e continuada), além da expansão de sistemas de pontos ou cotas sociais na universidade e do aumento do investimento no ensino básico. O objetivo é equiparar os recursos destinados às universidades de elite (como as grandes écoles na França) e às frequentadas pelos mais pobres.

A argumentação de Piketty parte da premissa de que, acima de um determinado nível de desigualdade, o capitalismo se torna disfuncional e provoca instabilidades sociais e políticas. Sua visão da economia procura conciliar a boa alocação dos recursos (que é a tarefa clássica do pensamento econômico) com questões de equidade, justiça e responsabilidade ambiental. As correntes hegemônicas do pensamento econômico ainda veem essas questões como um trade-off: podemos escolher entre mais equidade ou mais crescimento, entre boa alocação dos recursos e bem-estar social. Porém, como têm demonstrado os trabalhos de Piketty e de muitos outros economistas, não há base empírica para sustentar essa crença. A economia é uma ciência social e, como tal, nunca está isenta de juízos de valor. Muitos modelos econômicos apresentados como exatos e infalíveis embutem vieses político-ideológicos ocultos. Na perspectiva de Piketty, que é a de um socialismo democrático renovado para o novo sé-

culo, a divisão da propriedade e a cogestão nas empresas seria a forma de superação do capitalismo atual (ou hipercapitalismo), em direção a um modo mais racional de organização da produção. O problema que Piketty procura resolver é o de encontrar uma estratégia de desenvolvimento fundada na justiça social e ambiental, retomando um projeto igualitário como horizonte das lutas sociais. Propostas como o imposto sobre a propriedade e a dotação universal de capital teriam impacto estrutural e de longo prazo sobre a distribuição do poder econômico. Mas para que elas se efetivem, seria necessário construir uma forte base social capaz de sustentar uma pauta reivindicativa em nível nacional e transnacional. Nada disso se afigura no horizonte até o momento.



Alexandre Alves. Possui Bacharelado e Licenciatura em História, mestrado e doutorado em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP). Foi Pesquisador Colaborador no departamento de História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor adjunto na Escola Paulista de Política, Economia e Negócios da Universidade Federal de São Paulo (EPPEN-UNIFESP). Foi pesquisador visitante no Laboratoire d'études et de recherches sur les logiques contemporaines de la philosophie (LLCP) na Universidade de Paris 8 (Saint-Denis). Realizou pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Tem experiência nas áreas de história intelectual, epistemologia e filosofia da ciência. É co-autor de diversas obras didáticas para o ensino de história aprovadas pelo PNLD. Índice H5 no Google Scholar. O autor agradece qualquer crítica ou comentário a este texto, que pode ser enviado para o e-mail alexandrealthes@ufrgs.br.

REFERÊNCIAS

- ATKINSON, Anthony B. *Desigualdade: O que pode ser feito?* Trad. Elisa Câmara. São Paulo: LeYa, 2015.
- BANERJEE, Abhijit V. & DUFLO, Esther. *Boa economia para tempos difíceis*. Trad. Afonso Celso da Cunha Serra. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- BEBCHUK, Lucian & FRIED, Jesse. *Pay without performance: The unfulfilled promise of executive compensation*. Cambridge: Harvard University Press, 2004.
- BÍBLIA DE JERUSALÉM. São Paulo: Paulus, 2002.
- FINLEY, Moses. *Ancient Slavery and Modern Ideology*. London: Penguin, 1980.
- KRUGMAN, Paul. *A consciência de um liberal*. Trad. Alexandre de Oliveira Kappaun. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Penguin, 2012.
- MARX, Karl. *O Capital*, 3 vol. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MERTON, Robert K. *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Editora 34, 2013.
- MILANOVIC, Branko. *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*. Cambridge: The Belknap Press, 2016.
- NEVES, Pedro Cunha; AFONSO, Óscar; SILVA, Sandra Tavares (2016). A Meta-Analytic Reassessment of the Effects of Inequality on Growth. *World Development*, 78: 386–400. doi:10.1016/j.worlddev.2015.10.038.
- PIKETTY, Thomas. *Capital e ideologia*. Trad. Dorothee de Bruchard, Maria de Fátima O. do Couto. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.
- PIKETTY, Thomas. *O Capital no século XXI*. Trad. Monica B. De Bolle. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POLANYI, Karl. *A grande transformação. As origens políticas e econômicas de nossa época*. São Paulo: Contraponto, 2021.
- SANDEL, Michael J. *The Tyranny of Merit: What's Become of the Common Good?* New York: Farrar, Straus and Giroux, 2020.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo: Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, André. *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- WILKINSON, Richard & PICKETT, Kate. *O nível: Por que uma sociedade mais igualitária é melhor para todos*. Trad. Marilene Tombini. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- WILKINSON, Richard & PICKETT, Kate. *The Inner Level: How More Equal Societies Reduce Stress, Restore Sanity and Improve Everyone's Well-being*. Londres: Penguin Books, 2019.

CADERNOS IHU IDEIAS

- N. 01 *A teoria da justiça de John Rawls* – José Nedel
- N. 02 *O feminismo ou os feministas: Uma leitura das produções teóricas* – Edla Eggert
O Serviço Social junto ao Fórum de Mulheres em São Leopoldo – Clair Ribeiro Ziebell e Acadêmicas Anemarie Kirsch Deutrich e Magali Beatriz Strauss
- N. 03 *O programa Linha Direta: a sociedade segundo a TV Globo* – Sonia Montañó
- N. 04 *Emani M. Fiori – Uma Filosofia da Educação Popular* – Luiz Gilberto Kronbauer
- N. 05 *O ruído de guerra e o silêncio de Deus* – Manfred Zeuch
- N. 06 *BRASIL: Entre a Identidade Vazia e a Construção do Novo* – Renato Janine Ribeiro
- N. 07 *Mundos televisivos e sentidos identitários na TV* – Suzana Klipp
- N. 08 *Simões Lopes Neto e a Invenção do Gaúcho* – Márcia Lopes Duarte
- N. 09 *Oligopólios midiáticos: a televisão contemporânea e as barreiras à entrada* – Valério Cruz Brittos
- N. 10 *Futebol, mídia e sociedade no Brasil: reflexões a partir de um jogo* – Edison Luis Gastaldo
- N. 11 *Os 100 anos de Theodor Adorno e a Filosofia depois de Auschwitz* – Márcia Tiburi
- N. 12 *A domesticação do exótico* – Paula Caleffi
- N. 13 *Pomeranas parceiras no caminho da roça: um jeito de fazer Igreja, Teologia e Educação Popular* – Edla Eggert
- N. 14 *Júlio de Castilhos e Borges de Medeiros: a prática política no RS* – Gunter Axt
- N. 15 *Medicina social: um instrumento para denúncia* – Stela Nazareth Meneghel
- N. 16 *Mudanças de significado da tatuagem contemporânea* – Débora Krischke Leitão
- N. 17 *As sete mulheres e as negras sem rosto: ficção, história e trivialidade* – Mário Maestri
- N. 18 *Um itinerário do pensamento de Edgar Morin* – Maria da Conceição de Almeida
- N. 19 *Os donos do Poder, de Raymundo Faoro* – Helga Iracema Ladgraf Piccolo
- N. 20 *Sobre técnica e humanismo* – Oswaldo Giacobá Junior
- N. 21 *Construindo novos caminhos para a intervenção societária* – Lucilda Selli
- N. 22 *Física Quântica: da sua pré-história à discussão sobre o seu conteúdo essencial* – Paulo Henrique Dionísio
- N. 23 *Atualidade da filosofia moral de Kant, desde a perspectiva de sua crítica a um solipsismo prático* – Valério Rohden
- N. 24 *Imagens da exclusão no cinema nacional* – Miriam Rossini
- N. 25 *A estética discursiva da tevê e a (des)configuração da informação* – Nisia Martins do Rosário
- N. 26 *O discurso sobre o voluntariado na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS* – Rosa Maria Serra Bavaresco
- N. 27 *O modo de objetivação jornalística* – Beatriz Alcaraz Marocco
- N. 28 *A cidade afetada pela cultura digital* – Paulo Edison Belo Reyes
- N. 29 *Prevalência de violência de gênero perpetrada por companheiro: Estudo em um serviço de atenção primária à saúde – Porto Alegre, RS* – José Fernando Dresch Kronbauer
- N. 30 *Getúlio, romance ou biografia?* – Juremir Machado da Silva
- N. 31 *A crise e o êxodo da sociedade salarial* – André Gorz
- N. 32 *À meia luz: emergência de uma Teologia Gay* – Seus dilemas e possibilidades – André Sidnei Musskopf
- N. 33 *O vampirismo no mundo contemporâneo: algumas considerações* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 34 *O mundo do trabalho em mutação: As reconfigurações e seus impactos* – Marco Aurélio Santana
- N. 35 *Adam Smith: filósofo e economista* – Ana Maria Bianchi e Antonio Tiago Loureiro Araújo dos Santos
- N. 36 *Igreja Universal do Reino de Deus no contexto do emergente mercado religioso brasileiro: uma análise antropológica* – Ailton Luiz Jungblut
- N. 37 *As concepções teórico-analíticas e as proposições de política econômica de Keynes* – Fernando Ferrari Filho
- N. 38 *Rosa Egípcia: Uma Santa Africana no Brasil Colonial* – Luiz Mott
- N. 39 *Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo* – Gentil Corazza
- N. 40 *Corpo e Agenda na Revista Feminina* – Adriana Braga
- N. 41 *A (anti)filosofia de Karl Marx* – Leda Maria Paulani
- N. 42 *Veblen e o Comportamento Humano: uma avaliação após um século de “A Teoria da Classe Ociosa”* – Leonardo Monteiro Monasterio
- N. 43 *Futebol, Mídia e Sociabilidade. Uma experiência etnográfica* – Edison Luis Gastaldo, Rodrigo Marques Leistner, Ronei Teodoro da Silva e Samuel McGinity
- N. 44 *Genealogia da religião. Ensaio de leitura sistêmica de Marcel Gauchet. Aplicação à situação atual do mundo* – Gérard Donnadieu
- N. 45 *A realidade quântica como base da visão de Teilhard de Chardin e uma nova concepção da evolução biológica* – Lothar Schäfer
- N. 46 *“Esta terra tem dono”. Disputas de representação sobre o passado missionário no Rio Grande do Sul: a figura de Sepé Tiaraju* – Ceres Karam Brum
- N. 47 *O desenvolvimento econômico na visão de Joseph Schumpeter* – Achyles Barcelos da Costa
- N. 48 *Religião e elo social. O caso do cristianismo* – Gérard Donnadieu
- N. 49 *Copérnico e Kepler: como a terra saiu do centro do universo* – Geraldo Monteiro Sigaud
- N. 50 *Modernidade e pós-modernidade – luzes e sombras* – Evi-lázio Teixeira
- N. 51 *Violências: O olhar da saúde coletiva* – Éilda Azevedo Hennington e Stela Nazareth Meneghel
- N. 52 *Ética e emoções morais* – Thomas Kesseling
Juízos ou emoções: de quem é a primazia na moral? – Adriano Naves de Brito
- N. 53 *Computação Quântica. Desafios para o Século XXI* – Fernando Haas
- N. 54 *Atividade da sociedade civil relativa ao desemprego na Europa e no Brasil* – An Vranckx
- N. 55 *Terra habitável: o grande desafio para a humanidade* – Gilberto Dupas
- N. 56 *O decrescimento como condição de uma sociedade convivial* – Serge Latouche
- N. 57 *A natureza da natureza: auto-organização e caos* – Günter Küppers
- N. 58 *Sociedade sustentável e desenvolvimento sustentável: limites e possibilidades* – Hazel Henderson
- N. 59 *Globalização – mas como?* – Karen Gloy
- N. 60 *A emergência da nova subjetividade operária: a sociabilidade invertida* – Cesar Sanson
- N. 61 *Incidente em Antares e a Trajetória de Ficção de Erico Veríssimo* – Regina Zilberman
- N. 62 *Três episódios de descoberta científica: da caricatura empirista a uma outra história* – Fernando Lang da Silveira e Luiz O. Q. Peduzzi
- N. 63 *Negações e Silenciamentos no discurso acerca da Juventude* – Cátia Andressa da Silva
- N. 64 *Getúlio e a Gira: a Umbanda em tempos de Estado Novo* – Artur Cesar Isaia
- N. 65 *Darcy Ribeiro e o O povo brasileiro: uma alegoria humanista tropical* – Léa Freitas Perez
- N. 66 *Adoece: Morrer ou Viver? Reflexões sobre a cura e a não cura nas reduções jesuítico-guaranis (1609-1675)* – Eliane Cristina Deckmann Fleck
- N. 67 *Em busca da terceira margem: O olhar de Nelson Pereira dos Santos na obra de Guimarães Rosa* – João Guilherme Barone
- N. 68 *Contingência nas ciências físicas* – Fernando Haas
- N. 69 *A cosmologia de Newton* – Ney Lemke

- N. 70 *Física Moderna e o paradoxo de Zenon* – Fernando Haas
- N. 71 *O passado e o presente em Os Inconfidentes, de Joaquim Pedro de Andrade* – Miriam de Souza Rossini
- N. 72 *Da religião e de juventude: modulações e articulações* – Léa Freitas Perez
- N. 73 *Tradição e ruptura na obra de Guimarães Rosa* – Eduardo F. Coutinho
- N. 74 *Raça, nação e classe na historiografia de Moysés Vellinho* – Mário Maestri
- N. 75 *A Geologia Arqueológica na Unisinos* – Carlos Henrique Nowatzki
- N. 76 *Campepinato negro no período pós-abolição: repensando Coronelismo, enxada e voto* – Ana Maria Lugão Rios
- N. 77 *Progresso: como mito ou ideologia* – Gilberto Dupas
- N. 78 *Michael Aglietta: da Teoria da Regulação à Violência da Moeda* – Octávio A. C. Conceição
- N. 79 *Dante de Laytano e o negro no Rio Grande Do Sul* – Moacyr Flores
- N. 80 *Do pré-urbano ao urbano: A cidade missioneira colonial e seu território* – Arno Alvarez Kern
- N. 81 *Entre Canções e versos: alguns caminhos para a leitura e a produção de poemas na sala de aula* – Gláucia de Souza
- N. 82 *Trabalhadores e política nos anos 1950: a ideia de "sindicalismo populista" em questão* – Marco Aurélio Santana
- N. 83 *Dimensões normativas da Biótica* – Alfredo Culleton e Vicente de Paulo Barretto
- N. 84 *A Ciência como instrumento de leitura para explicar as transformações da natureza* – Attico Chassot
- N. 85 *Demanda por empresas responsáveis e Ética Concorrencial: desafios e uma proposta para a gestão da ação organizada do varejo* – Patrícia Almeida Ashley
- N. 86 *Autonomia na pós-modernidade: um delírio?* – Mario Fleig
- N. 87 *Gauchismo, tradição e Tradicionalismo* – Maria Eunice Maciel
- N. 88 *A ética e a crise da modernidade: uma leitura a partir da obra de Henrique C. de Lima Vaz* – Marcelo Perine
- N. 89 *Limites, possibilidades e contradições da formação humana na Universidade* – Laurício Neumann
- N. 90 *Os índios e a História Colonial: lendo Cristina Pompa e Regina Almeida* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 91 *Subjetividade moderna: possibilidades e limites para o cristianismo* – Franklin Leopoldo e Silva
- N. 92 *Saberes populares produzidos numa escola de comunidade de catadores: um estudo na perspectiva da Etnomatemática* – Daiane Martins Bocasanta
- N. 93 *A religião na sociedade dos indivíduos: transformações no campo religioso brasileiro* – Carlos Alberto Steil
- N. 94 *Movimento sindical: desafios e perspectivas para os próximos anos* – Cesar Sanson
- N. 95 *De volta para o futuro: os precursores da nanotecnologia* – Peter A. Schulz
- N. 96 *Vianna Moog como intérprete do Brasil* – Enildo de Moura Carvalho
- N. 97 *A paixão de Jacobina: uma leitura cinematográfica* – Mariângela Andrea Kunz
- N. 98 *Resiliência: um novo paradigma que desafia as religiões* – Susana Maria Rocca Larrosa
- N. 99 *Sociabilidades contemporâneas: os jovens na lan house* – Vanessa Andrade Pereira
- N. 100 *Autonomia do sujeito moral em Kant* – Valério Rohden
- N. 101 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 1* – Roberto Camps Moraes
- N. 102 *Uma leitura das inovações bio(nano)tecnológicas a partir da sociologia da ciência* – Adriano Premebida
- N. 103 *ECODI – A criação de espaços de convivência digital virtual no contexto dos processos de ensino e aprendizagem em metaverso* – Eliane Schlemmer
- N. 104 *As principais contribuições de Milton Friedman à Teoria Monetária: parte 2* – Roberto Camps Moraes
- N. 105 *Futebol e identidade feminina: um estudo etnográfico sobre o núcleo de mulheres gremistas* – Marcelo Pizarro Noronha
- N. 106 *Justificação e prescrição produzidas pelas Ciências Humanas: Igualdade e Liberdade nos discursos educacionais contemporâneos* – Paula Corrêa Henning
- N. 107 *Da civilização do segredo à civilização da exibição: a família na vitrine* – Maria Isabel Barros Bellini
- N. 108 *Trabalho associado e ecologia: vislumbrando um ethos solidário, terno e democrático?* – Telmo Adams
- N. 109 *Transumanismo e nanotecnologia molecular* – Celso Candido de Azambuja
- N. 110 *Formação e trabalho em narrativas* – Leandro R. Pinheiro
- N. 111 *Autonomia e submissão: o sentido histórico da administração* – Yeda Crusius no Rio Grande do Sul – Mário Maestri
- N. 112 *A comunicação paulina e as práticas publicitárias: São Paulo e o contexto da publicidade e propaganda* – Denis Gerson Simões
- N. 113 *Isto não é uma janela: Flusser, Surrealismo e o jogo contra* – Esp. Yentl Delanhesi
- N. 114 *SBT: jogo, televisão e imaginário de azar brasileiro* – Sonia Montano
- N. 115 *Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites* – Carlos Daniel Baio
- N. 116 *Humanizar o humano* – Roberto Carlos Fávero
- N. 117 *Quando o mito se torna verdade e a ciência, religião* – Róber Freitas Bachinski
- N. 118 *Colonizando e descolonizando mentes* – Marcelo Dascal
- N. 119 *A espiritualidade como fator de proteção na adolescência* – Luciana F. Marques e Débora D. Dell'Aglio
- N. 120 *A dimensão coletiva da liderança* – Patrícia Martins Fagundes Cabral e Nedio Seminoti
- N. 121 *Nanotecnologia: alguns aspectos éticos e teológicos* – Eduardo R. Cruz
- N. 122 *Direito das minorias e Direito à diferenciação* – José Rogério Lopes
- N. 123 *Os direitos humanos e as nanotecnologias: em busca de marcos regulatórios* – Wilson Engelmann
- N. 124 *Desejo e violência* – Rosane de Abreu e Silva
- N. 125 *As nanotecnologias no ensino* – Solange Binotto Fagan
- N. 126 *Câmara Cascuo: um historiador católico* – Bruna Rafaela de Lima
- N. 127 *O que o câncer faz com as pessoas? Reflexões na literatura universal: Leo Tolstói – Thomas Mann – Alexander Soljénitsin – Philip Roth – Karl-Josef Kuschel*
- N. 128 *Dignidade da pessoa humana e o direito fundamental à identidade genética* – Ingo Wolfgang Sarlet e Selma Rodrigues Petterle
- N. 129 *Aplicações de caos e complexidade em ciências da vida* – Ivan Amaral Guerrini
- N. 130 *Nanotecnologia e meio ambiente para uma sociedade sustentável* – Paulo Roberto Martins
- N. 131 *A philia como critério de inteligibilidade da mediação comunitária* – Rosa Maria Zaia Borges Abrão
- N. 132 *Linguagem, singularidade e atividade de trabalho* – Marlene Teixeira e Ederson de Oliveira Cabral
- N. 133 *A busca pela segurança jurídica na jurisdição e no processo sob a ótica da teoria dos sistemas sociais de Niklas Luhmann* – Leonardo Grison
- N. 134 *Motores Biomoleculares* – Ney Lemke e Luciano Hennemann
- N. 135 *As redes e a construção de espaços sociais na digitalização* – Ana Maria Oliveira Rosa
- N. 136 *De Marx a Durkheim: Algumas apropriações teóricas para o estudo das religiões afro-brasileiras* – Rodrigo Marques Leistner
- N. 137 *Redes sociais e enfrentamento do sofrimento psíquico: sobre como as pessoas reconstruem suas vidas* – Breno Augusto Souto Maior Fontes
- N. 138 *As sociedades indígenas e a economia do dom: O caso dos guaranis* – Maria Cristina Bohn Martins
- N. 139 *Nanotecnologia e a criação de novos espaços e novas identidades* – Marise Borja da Silva
- N. 140 *Platão e os Guarani* – Beatriz Helena Domingues
- N. 141 *Direitos humanos na mídia brasileira* – Diego Airoso da Motta

- N. 142 *Jornalismo Infantil: Apropriações e Aprendizagens de Crianças na Recepção da Revista Recreio* – Greycy Vargas
- N. 143 *Derrida e o pensamento da desconstrução: o redimensionamento do sujeito* – Paulo Cesar Duque-Estrada
- N. 144 *Inclusão e Biopolítica* – Maura Corcini Lopes, Kamila Lokmann, Morgana Domênica Hattge e Viviane Klaus
- N. 145 *Os povos indígenas e a política de saúde mental no Brasil: composição simétrica de saberes para a construção do presente* – Bianca Sordi Stock
- N. 146 *Reflexões estruturais sobre o mecanismo de REDD* – Camila Moreno
- N. 147 *O animal como próximo: por uma antropologia dos movimentos de defesa dos direitos animais* – Caetano Sordi
- N. 148 *Avaliação econômica de impactos ambientais: o caso do aterro sanitário em Canoas-RS* – Fernanda Schutz
- N. 149 *Cidadania, autonomia e renda básica* – Josué Pereira da Silva
- N. 150 *Imagética e formações religiosas contemporâneas: entre a performance e a ética* – José Rogério Lopes
- N. 151 *As reformas político-econômicas pomalinas para a Amazônia: e a expulsão dos jesuítas do Grão-Pará e Maranhão* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 152 *Entre a Revolução Mexicana e o Movimento de Chiapas: a tese da hegemonia burguesa no México ou "por que voltar ao México 100 anos depois"* – Claudia Wasseman
- N. 153 *Globalização e o pensamento econômico franciscano: Orientação do pensamento econômico franciscano e Caritas in Veritate* – Stefano Zamagni
- N. 154 *Ponto de cultura teko arandu: uma experiência de inclusão digital indígena na aldeia kaiowá e guarani Te'yikue no município de Caarapá-MS* – Neimar Machado de Sousa, Antonio Brand e José Francisco Sarmento
- N. 155 *Civilizar a economia: o amor e o lucro após a crise econômica* – Stefano Zamagni
- N. 156 *Intermitências no cotidiano: a clínica como resistência inventiva* – Mário Francis Petry Londero e Simone Mainieri Paulon
- N. 157 *Democracia, liberdade positiva, desenvolvimento* – Stefano Zamagni
- N. 158 *"Passemos para a outra margem": da homofobia ao respeito à diversidade* – Omar Lucas Perrout Fortes de Sales
- N. 159 *A ética católica e o espírito do capitalismo* – Stefano Zamagni
- N. 160 *O Slow Food e novos princípios para o mercado* – Eriberto Nascente Silveira
- N. 161 *O pensamento ético de Henri Bergson: sobre As duas fontes da moral e da religião* – André Brayner de Farias
- N. 162 *O modus operandi das políticas econômicas keynesianas* – Fernando Ferrari Filho e Fábio Henrique Bittes Terra
- N. 163 *Cultura popular tradicional: novas mediações e legitimações culturais de mestres populares paulistas* – André Luiz da Silva
- N. 164 *Será o decrescimento a boa nova de Ivan Illich?* – Serge Latouche
- N. 165 *Agostos! A "Crise da Legalidade": vista da janela do Consulado dos Estados Unidos em Porto Alegre* – Carla Simone Rodeghero
- N. 166 *Convivialidade e decrescimento* – Serge Latouche
- N. 167 *O impacto da plantação extensiva de eucalipto nas culturas tradicionais: Estudo de caso de São Luis do Paraitinga* – Marcelo Henrique Santos Toledo
- N. 168 *O decrescimento e o sagrado* – Serge Latouche
- N. 169 *A busca de um ethos planetário* – Leonardo Boff
- N. 170 *O salto mortal de Louk Hulsman e a desinstitucionalização do ser: um convite ao abolicionismo* – Marco Antonio de Abreu Scapini
- N. 171 *Sub specie aeternitatis – O uso do conceito de tempo como estratégia pedagógica de religação dos saberes* – Gerson Egas Severo
- N. 172 *Theodor Adorno e a frieza burguesa em tempos de tecnologias digitais* – Bruno Pucci
- N. 173 *Técnicas de si nos textos de Michel Foucault: A influência do poder pastoral* – João Roberto Barros II
- N. 174 *Da mônada ao social: A intersubjetividade segundo Levinas* – Marcelo Fabri
- N. 175 *Um caminho de educação para a paz segundo Hobbes* – Lucas Mateus Dalsetto e Everaldo Cescon
- N. 176 *Da magnitude e ambivalência à necessária humanização da tecnociência segundo Hans Jonas* – Jelson Roberto de Oliveira
- N. 177 *Um caminho de educação para a paz segundo Locke* – Odair Camati e Paulo César Nodari
- N. 178 *Crime e sociedade estamental no Brasil: De como la ley es como la serpiente; solo pica a los descalzos* – Lenio Luiz Streck
- N. 179 *Um caminho de educação para a paz segundo Rousseau* – Mateus Boldori e Paulo César Nodari
- N. 180 *Limites e desafios para os direitos humanos no Brasil: entre o reconhecimento e a concretização* – Afonso Maria das Chagas
- N. 181 *Apátridas e refugiados: direitos humanos a partir da ética da alteridade* – Gustavo Oliveira de Lima Pereira
- N. 182 *Censo 2010 e religiões: reflexões a partir do novo mapa religioso brasileiro* – José Rogério Lopes
- N. 183 *A Europa e a ideia de uma economia civil* – Stefano Zamagni
- N. 184 *Para um discurso jurídico-penal libertário: a pena como dispositivo político (ou o direito penal como "discurso-limite")* – Augusto Jobim do Amaral
- N. 185 *A identidade e a missão de uma universidade católica na atualidade* – Stefano Zamagni
- N. 186 *A hospitalidade frente ao processo de reassentamento solidário aos refugiados* – Joseane Mariéles Schuck Pinto
- N. 187 *Os arranjos colaborativos e complementares de ensino, pesquisa e extensão na educação superior brasileira e sua contribuição para um projeto de sociedade sustentável no Brasil* – Marcelo F. de Aquino
- N. 188 *Os riscos e as loucuras dos discursos da razão no campo da prevenção* – Luis David Castiel
- N. 189 *Produções tecnológicas e biomédicas e seus efeitos produtivos e prescritivos nas práticas sociais e de gênero* – Marlene Tamanini
- N. 190 *Ciência e justiça: Considerações em torno da apropriação da tecnologia de DNA pelo direito* – Claudia Fonseca
- N. 191 *#VEMpraRUA: Outono brasileiro? Leituras* – Bruno Lima Rocha, Carlos Gadea, Giovanni Alves, Giuseppe Cocco, Luiz Werneck Vianna e Rudá Ricci
- N. 192 *A ciência em ação de Bruno Latour* – Leticia de Luna Freire
- N. 193 *Laboratórios e Extrações: quando um problema técnico se torna uma questão sociotécnica* – Rodrigo Ciconet Dornelles
- N. 194 *A pessoa na era da biopolítica: autonomia, corpo e subjetividade* – Heloisa Helena Barboza
- N. 195 *Felicidade e Economia: uma retrospectiva histórica* – Pedro Henrique de Moraes Campetti e Torgo Wickstrom Alves
- N. 196 *A colaboração de Jesuítas, Leigos e Leigas nas Universidades confiadas à Companhia de Jesus: o diálogo entre humanismo evangélico e humanismo tecnocientífico* – Adolfo Nicolás
- N. 197 *Brasil: verso e reverso constitucional* – Fábio Konder Comparato
- N. 198 *Sem-religião no Brasil: Dois estranhos sob o guarda-chuva* – Jorge Claudio Ribeiro
- N. 199 *Uma ideia de educação segundo Kant: uma possível contribuição para o século XXI* – Felipe Bragagnolo e Paulo César Nodari
- N. 200 *Aspectos do direito de resistir e a luta social por moradia urbana: a experiência da ocupação Raízes da Praia* – Natalia Martinuzzi Castilho
- N. 201 *Desafios éticos, filosóficos e políticos da biologia sintética* – Jordi Maiso
- N. 202 *Fim da Política, do Estado e da cidadania?* – Roberto Romano
- N. 203 *Constituição Federal e Direitos Sociais: avanços e recuos da cidadania* – Maria da Glória Gohn
- N. 204 *As origens históricas do racionalismo, segundo Feyerabend* – Miguel Ângelo Flach

- N. 205 *Compreensão histórica do regime empresarial-militar brasileiro* – Fábio Konder Comparato
- N. 206 *Sociedade tecnológica e a defesa do sujeito: Technological society and the defense of the individual* – Karla Saraiva
- N. 207 *Territórios da Paz: Territórios Produtivos?* – Giuseppe Cocco
- N. 208 *Justiça de Transição como Reconhecimento: limites e possibilidades do processo brasileiro* – Roberta Camineiro Baggio
- N. 209 *As possibilidades da Revolução em Elul* – Jorge Barrantes-Parra
- N. 210 *A grande política em Nietzsche e a política que vem em Agamben* – Márcia Rosane Junges
- N. 211 *Foucault e a Universidade: Entre o governo dos outros e o governo de si mesmo* – Sandra Caponi
- N. 212 *Verdade e História: arqueologia de uma relação* – José D'Assunção Barros
- N. 213 *A Relevante Herança Social do Pe. Amstad SJ* – José Odelson Schneider
- N. 214 *Sobre o dispositivo. Foucault, Agamben, Deleuze* – Sandro Chignola
- N. 215 *Repensar os Direitos Humanos no Horizonte da Libertação* – Alejandro Rosillo Martinez
- N. 216 *A realidade complexa da tecnologia* – Alberto Cupani
- N. 217 *A Arte da Ciência e a Ciência da Arte: Uma abordagem a partir de Paul Feyerabend* – Hans Georg Flickinger
- N. 218 *O ser humano na idade da técnica* – Humberto Galimberti
- N. 219 *A Racionalidade Contextualizada em Feyerabend e suas Implicações Éticas: Um Paralelo com Alasdair MacIntyre* – Halina Macedo Leal
- N. 220 *O Marquês de Pombal e a Invenção do Brasil* – José Eduardo Franco
- N. 221 *Neurofuturos para sociedades de controle* – Timothy Lenoir
- N. 222 *O poder judiciário no Brasil* – Fábio Konder Comparato
- N. 223 *Os marcos e as ferramentas éticas das tecnologias de gestão* – Jesús Conill Sancho
- N. 224 *O restabelecimento da Companhia de Jesus no extremo sul do Brasil (1842-1867)* – Luiz Fernando Medeiros Rodrigues
- N. 225 *O grande desafio dos indígenas nos países andinos: seus direitos sobre os recursos naturais* – Xavier Albó
- N. 226 *Justiça e perdão* – Xabier Etxebarria Mauleon
- N. 227 *Paraguai: primeira vigilância massiva norte-americana e a descoberta do Arquivo do Terror (Operação Condor)* – Martín Almada
- N. 228 *A vida, o trabalho, a linguagem. Biopolítica e biocapitalismo* – Sandro Chignola
- N. 229 *Um olhar biopolítico sobre a bioética* – Anna Quintanas Feixas
- N. 230 *Biopoder e a constituição étnico-racial das populações: Racismo, eugenia e a gestão biopolítica da mestiçagem no Brasil* – Gustavo da Silva Kern
- N. 231 *Bioética e biopolítica na perspectiva hermenêutica: uma ética do cuidado da vida* – Jesús Conill Sancho
- N. 232 *Migrantes por necessidade: o caso dos senegaleses no Norte do Rio Grande do Sul* – Dirceu Benincá e Vânia Aguiar Pinheiro
- N. 233 *Capitalismo biocognitivo e trabalho: desafios à saúde e segurança* – Elsa Cristine Bevan
- N. 234 *O capital no século XXI e sua aplicabilidade à realidade brasileira* – Róber Humet Avila & João Batista Santos Conceição
- N. 235 *Biopolítica, raça e nação no Brasil (1870-1945)* – Mozart Linhares da Silva
- N. 236 *Economias Biopolíticas da Dívida* – Michael A. Peters
- N. 237 *Paul Feyerabend e Contra o Método: Quarenta Anos do Início de uma Provocação* – Halina Macedo Leal
- N. 238 *O trabalho nos frigoríficos: escravidão local e global?* – Leandro Inácio Walter
- N. 239 *Brasil: A dialética da dissimulação* – Fábio Konder Comparato
- N. 240 *O irrepresentável* – Homero Santiago
- N. 241 *O poder pastoral, as artes de governo e o estado moderno* – Castor Bartolomé Ruiz
- N. 242 *Uma crise de sentido, ou seja, de direção* – Stefano Zamagni
- N. 243 *Diagnóstico Socioterritorial entre o chão e a gestão* – Dirce Koga
- N. 244 *A função-educador na perspectiva da biopolítica e da governamentalidade neoliberal* – Alexandre Filardi de Carvalho
- N. 245 *Esquecer o neoliberalismo: aceleracionismo como terceiro espírito do capitalismo* – Moysés da Fountoura Pinto Neto
- N. 246 *O conceito de subsunção do trabalho ao capital: rumo à subsunção da vida no capitalismo biocognitivo* – Andrea Fumagalli
- N. 247 *Educação, indivíduo e biopolítica: A crise do governo* – Dora Lília Marin-Díaz
- N. 248 *Reinvenção do espaço público e político: o individualismo atual e a possibilidade de uma democracia* – Roberto Romano
- N. 249 *Jesuitas em campo: a Companhia de Jesus e a questão agrária no tempo do CLACIAS (1966-1980)* – Iraneilson Santos Costa
- N. 250 *A Liberdade Viglada: Sobre Privacidade, Anonimato e Vigilantismo com a Internet* – Pedro Antonio Dourado de Rezende
- N. 251 *Políticas Públicas, Capitalismo Contemporâneo e os horizontes de uma Democracia Estrangeira* – Francini Lube Guizardi
- N. 252 *A Justiça, Verdade e Memória: Comissão Estadual da Verdade* – Carlos Frederico Guazzelli
- N. 253 *Reflexões sobre os espaços urbanos contemporâneos: quais as nossas cidades?* – Vinicius Nicastro Honesko
- N. 254 *Ubuntu como ética africana, humanista e inclusiva* – Jean-Bosco Kakzi Kashindi
- N. 255 *Mobilização e ocupações dos espaços físicos e virtuais: possibilidades e limites da reinvenção da política nas metrópoles* – Marcelo Castañeda
- N. 256 *Indicadores de Bem-Estar Humano para Povos Tradicionais: O caso de uma comunidade indígena na fronteira da Amazônia Brasileira* – Luiz Felipe Barbosa Lacerda e Luis Eduardo Acosta Muñoz
- N. 257 *Cerrado. O laboratório antropológico ameaçado pela desterritorialização* – Altair Sales Barbosa
- N. 258 *O impensado como potência e a desativação das máquinas de poder* – Rodrigo Karmy Bolton
- N. 259 *Identidade de Esquerda ou Pragmatismo Radical?* – Moysés Pinto Neto
- N. 260 *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre?* – Leandro Rogério Pinheiro
- N. 261 *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo* – Henrique Costa
- N. 262 *As sociabilidades virtuais globalizadas na metrópole: experiências do ativismo cibernético do grupo Direitos Urbanos no Recife* – Breno Augusto Souto Maior Fontes e Davi Barboza Cavalcanti
- N. 263 *Seis hipóteses para ler a conjuntura brasileira* – Sauro Bellezza
- N. 264 *Saúde e igualdade: a relevância do Sistema Único de Saúde (SUS)* – Stela N. Meneghel
- N. 265 *Economia política aristotélica: cuidando da casa, cuidando do comum* – Armando de Melo Lisboa
- N. 266 *Contribuições da teoria biopolítica para a reflexão sobre os direitos humanos* – Aline Albuquerque
- N. 267 *O que resta da ditadura? Estado democrático de direito e exceção no Brasil* – Giuseppe Tosi
- N. 268 *Contato e improvisação: O que pode querer dizer autonomia?* – Alana Moraes de Souza
- N. 269 *A perversão da política moderna: a apropriação de conceitos teológicos pela máquina governamental do Ocidente* – Osiel Lourenço de Carvalho
- N. 270 *O campo de concentração: Um marco para a (bio) política moderna* – Viviane Zaremski Braga
- N. 271 *O que caminhar insano sobre o bem-viver? Thoreau e o apelo da natureza* – Flavio Williges
- N. 272 *Interfaces da morte no imaginário da cultura popular mexicana* – Rafael Lopez Villaseñor
- N. 273 *Poder, persuasão e novos domínios da(s) identidade(s) diante do(s) fundamentalismo(s) religioso(s) na contemporaneidade brasileira* – Celso Gabatz
- N. 274 *Tarefa da esquerda permanece a mesma: barrar o caráter predatório automático do capitalismo* – Acacium Oliveira

- N. 275 *Tendências econômicas do mundo contemporâneo* – Alessandra Smerilli
- N. 276 *Uma crítica filosófica à teoria da Sociedade do Espetáculo em Guy Debord* – Atílio Machado Peppe
- N. 277 *O Modelo atual de Capitalismo e suas formas de Captura da Subjetividade e de Exploração Social* – José Roque Junges
- N. 278 *Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo* – Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Murj Scalo
- N. 279 *O mal-estar na cultura medicamentalizada* – Luis David Castiel
- N. 280 *Mistérios da economia (divina) e do ministério (angélico). Quando a teologia fornece um paradigma para a filosofia política e esta retroage à teologia* – Alain Gignac
- N. 281 *A Campanha da Legalidade e a radicalização do PTB na década de 1960. Reflexos no contexto atual* – Mário José Maestri Filho
- N. 282 *A filosofia moral de Adam Smith face às leituras reducionistas de sua obra: ensaio sobre os fundamentos do indivíduo egoísta contemporâneo* – Angela Ganem
- N. 283 *Vai, malandra. O despertar ontológico do planeta fome* – Armando de Melo Lisboa
- N. 284 *Renda básica em tempos difíceis* – Josué Pereira da Silva
- N. 285 *Isabelle Stengers No tempo das catástrofes. Quinze questões e um artifício sobre a obras* – Ricardo de Jesus Machado
- N. 286 *O “velho capitalismo” e seu fôlego para dominação do tempo e do espaço* – Luiz Gonzaga Belluzzo
- N. 287 *A tecnologia na vida cotidiana e nas instituições: Heidegger, Agamben e Sloterdijk* – Itamar Soares Veiga
- N. 288 *Para arejar a cúpula do judiciário* – Fábio Konder Comparato
- N. 289 *A Nova Providência via de transformação estrutural da seguridade social brasileira* – Mari-linda Marques Fernandes
- N. 290 *A Universidade em busca de um novo tempo* – Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes
- N. 291 *Tributação, políticas públicas e propostas fiscais do novo governo* – Róber Iturriet Avila e Mário Lúcio Pedrosa Gomes Martins
- N. 292 *As identidades Chiquitanas em perigo nas fronteiras* – Aloir Pacini
- N. 293 *Mudança de paradigma pós- crise do coronavirus* – Fábio Carlos Rodrigues Alves
- N. 294 *O Mar da Unidade: roteiro livre para a leitura do Masnavi de Rûmî* – Faustino Teixeira
- N. 295 *Função social da propriedade e as tragédias socioambientais de Mariana e Brumadinho: Um constitucionalismo que não é para valer* – Cristiano de Melo Bastos
- N. 296 *O desassossego do leitor: subjetividades juvenis e leitura na contemporaneidade* – Maria Isabel Mendes de Almeida
- N. 297 *Escatologias tecnopolíticas contemporâneas* – Edelei Genaro
- N. 298 *Narrativa de uma Travessia* – Faustino Teixeira
- N. 299 *Efeito covid-19: espaço liso e Bem Viver*– Wallace Antonio Dias Silva
- N. 300 *Zeitgeist pós-iluminista e contrarrevolução científica na análise econômica*– Armando de Melo Lisboa
- N. 301 *Educação, tecnologias 4.0 e a estetização ilimitada da vida: pistas para uma crítica curricular*– Roberto Rafael Dias da Silva
- N. 302 *Mídia, infância e socialização: perspectivas contemporâneas* - Renata Tomaz
- N. 303 *A colonialidade do poder no direito à cidade: a experiência do Cais Mauá de Porto Alegre* - Karina Macedo Gomes Fernandes
- N. 304 *Ártico, o canário da mina para o aquecimento global* - Flavio Marcelo de Mattos Paim
- N. 305 *A transformação dos atores sociais em produção e recepção: trajeto empírico-metodológico de uma pesquisa* - Aline Weschenfelder
- N. 306 *Impactos Ambientais de Parques Eólicos no Semiárido Baiano: do licenciamento atual a novas perspectivas* - Rosana Batista Almeida
- N. 307 *História de José, O Carpinteiro, como narratividade de Esperança* - Patrik Bruno Furquim dos Santos
- N. 308 *Violências, injustiças e sofrimento humano: o impacto das desigualdades sociais nas percepções de Martín-Baró, Ricoeur e Nietzsche* - Lina Faria e Rafael Andrés Patino
- N. 309 *Catadores de materiais recicláveis: novos sujeitos de direitos na construção da sustentabilidade ambiental* - Mariza Rios e Giovanna Rodrigues de Assis
- N. 310 *A imagem do pobre nos filmes de Pasolini e Glauber como chave para compreender a ação do capitalismo* - Vladimir Lacerda Santafé
- N. 311 *Aprendizados no campo da metodologia de orientação acadêmica* - Faustino Teixeira
- N. 312 *O Desespero Inconsciente de Kierkegaard: melancolia, preguiça, vertigem e suicídio* - Paulo Abe
- N. 313 *Os Direitos Humanos como parâmetro para as democracias contemporâneas: o caso brasileiro* - José Dalvo Santiago da Cruz
- N.314 *Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas* - Castor M.M. Bartolomé Ruiz



UNISINOS